

13/08/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Capes nega verba por 'militância política'](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Protesto por todos os lados](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Negligência no Enem](#)

[Quem vai investir nas universidades após tanto ataque?, questiona reitor da Unicamp](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Alunos se mobilizam contra projeto da gestão Doria](#)

[Querelas do Brasil](#)

O GLOBO - RJ

[Estados iniciam implantação do novo modelo de ensino médio](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Fuga de cérebros é realidade, diz chefe da Academia Brasileira de Ciências](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Entidades se unem para terceiro protesto contra cortes na Educação](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Parceria com italianos e colombianos fomenta pesquisa sobre ensino da Matemática](#)

[Denúncias custam a chegar às cortes internacionais](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Por militância política, Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes nega verba por 'militância política'](#)

TERRA

[Por militância política, Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Capes nega verba por militância política](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Alunos criticam projeto de segurança para escolas em São Paulo](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível](#)

[A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se](#)

CORREIO WEB

[Estudantes marcam atos pelo Brasil em defesa da Educação](#)

METRÓPOLES

[Servidores param nesta 3ª contra Nova Previdência e cortes na educação](#)

TERRA

[Alunos criticam projeto de segurança para escolas em São Paulo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Contra cortes e em defesa das federais, estudantes vão às ruas pela 3ª vez](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR - SP

CLIPPING



[Capes nega verba por militância política](#)

MEIO NORTE - PI

[Educação a distância já tem 10 mil alunos](#)

A TARDE - BA

[Educação : Brasil se une na Bahia](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Ato nacional paralisa educação em MT](#)

EXTRA - RJ

[Educação faz greve geral](#)

Agências de notícias e sites

A TARDE ON LINE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

BEM PARANÁ

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

CGN - PR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

CONTEXTO EXATO

[Com início do semestre letivo, UnB volta às aulas em meio a incertezas](#)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

DIÁRIO DO SUDOESTE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

ESHOJE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

ESTADO DE MINAS ONLINE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DA REGIÃO

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

FOLHA DE VALINHOS

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

JORNAL DO OESTE

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

METRÓPOLES

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

MSN

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

O LIBERAL – SP

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

PBAGORA

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

PORTAL EXAME

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

R7

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

REPÓRTER DIÁRIO

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

REVISTA GALILEU

[Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina](#)

TRIBUNA DO INTERIOR

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Brasileiros são destaque em Olimpíada Internacional de Astronomia](#)

[Escolas podem enviar material para a Olimpíada de Língua Portuguesa](#)

AGÊNCIA GLOBO

[A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se](#)

[Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível](#)

BOL NOTÍCIAS

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

G1

[Escola pública cearense consegue vaga na final da Olimpíada Brasileira de Geografia](#)

[Caderno com orientações sobre a política de alfabetização deve ser divulgado nesta quinta, diz MEC](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Uma Contribuição para o FUTURE-SE](#)

MEIO NORTE - PI

[Piauí expande educação a distância e já é referência nessa modalidade](#)

G1

[Defensoria recomenda a retomada do edital da Unilab com vagas para pessoas transgêneros e intersexuais](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Conheça o site do INCT de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia](#)

TERRA VIVA

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade das plantas](#)

UFSC

[Pós em Gestão do Cuidado em Enfermagem realiza aula inaugural](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Alunos de todo o mundo são atraídos pelas universidades neozelandesas](#)

AGÊNCIA SERTÃO

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

CORREIO WEB

[Volta às aulas na UnB tem clima de incerteza e apreensão](#)

DIÁRIO - MS

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

FOLHA PA

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

[Piauí expande educação a distância e já é referência nessa modalidade de ensino](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

MERCADO DO CACAU

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

METRÓPOLES

[Weintraub planeja novidades para o Escola sem Partido ainda em agosto](#)

O OBSERVADOR

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

PORTAL R3

[UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Capex nega verba por ‘militância política’

Órgão ligado ao MEC recusa dar R\$ 80 mil pedidos para evento; organizadores dizem que congresso teve financiamento federal por 8 anos

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política” (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como “direito moderno” e “democracia intercultural”. Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a “ideologização” de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que

“qualquer tentativa de abordagem crítica” não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu “não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos”, mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que “honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa”.

“O valor científico é analisado por esse comitê e não é atribuição da área administrativa. Sempre foi assim na história da **Capes**.” Carlos Nobre

EX-PRESIDENTE DA CAPES

Análise. Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. “Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê.”

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Protesto por todos os lados

» Thaís Moura* » INGRID SOARES

Manifestações contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o programa Future-se, devem ocorrer em todo país hoje. Mais de 150 atos, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPg), estão previstos para cerca de 200 municípios. Em Brasília, a concentração está marcada para as 9h em frente ao Museu Nacional. Pelos cálculos da UNE, em média, 2 milhões de manifestantes vão às ruas em todo o país.

O contingenciamento de verbas destinadas ao ensino público e a rejeição ao Future-se, programa que pretende criar parcerias público-privadas para as instituições de ensino superior, são as principais pautas do movimento. Porém, os protestos também defenderão as bolsas do ProUni e a valorização da educação como um todo. Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, se os recursos bloqueados pelo MEC não forem recuperados até o fim de agosto, “várias universidades vão parar de funcionar”.

Indígenas

Quando não é a educação, é a saúde. Ontem, grupos indígenas ocuparam o prédio do Ministério da Saúde, na Asa Norte. Cerca de 1.500 mulheres de várias etnias reivindicavam melhorias na área. O protesto é contra a municipalização da saúde indígena, que prevê que eles sejam atendidos em centros de saúde como os demais cidadãos — hoje, o atendimento é feito nas próprias aldeias, com treinamento específico dos profissionais —, e pedem a saída da secretária especial de Saúde Indígena, Sílvia Waiãpi.

Segundo a coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, “colocaram uma secretária indígena na pasta para dizer que tem representatividade, mas ela não tem compromisso com a nossa gente. Queremos o

fortalecimento da saúde especial e dos subsistemas. Além disso, somos contra a legalização da mineração, do desmatamento. Não vamos aceitar política genocida do governo Bolsonaro”, disse.

Maisa Guajajara, 26 anos, veio do Maranhão para participar do ato. “A saúde indígena está fragilizada, não temos assistência de carro. Tem criança e idoso morrendo por falta de atendimento. O país tem que saber da nossa situação nas aldeias.”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Negligência no Enem

Diretoria responsável pelo exame está vaga; MEC privilegiou querelas ideológicas

A três meses da realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, causa estupefação constatar que está vaga desde maio a diretoria responsável pela prova no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Desde a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), o cargo ficou sem titular por quase dois terços do período.

Cabe descrever como displicente a atitude do MEC com exame de tamanha complexidade logística, que já foi alvo de fraudes no passado e também de querelas ideológicas. Neste ano, são 5,1 milhões de inscritos espalhados pelo território nacional em busca de vagas em universidades federais e outras que utilizam o escore na seleção.

O ministro Abraham Weintraub, mais afeito a prodigalizar declarações agressivas e constrangedoras (mesmo em férias) do que a prestar contas de ações e omissões, atacou o mensageiro —no caso, esta Folha. Afirmou que a reportagem sobre a lacuna “induz ao terror” e que não há risco para a prova.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/08/negligencia-no-enem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Quem vai investir nas universidades após tanto ataque?, questiona reitor da Unicamp

Para Marcelo Knobel, retórica da gestão Bolsonaro atrapalha objetivo do próprio governo de atrair mais verba privada

Os ataques da gestão Jair Bolsonaro (PSL) às universidades públicas do país prejudicam o objetivo do próprio governo de atrair mais recursos privados para elas, diz Marcelo Knobel, reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

A avaliação é feita no momento em que o Ministério da Educação propõe o Future-se, programa que visa diversificar o financiamento das universidades federais. Entre as medidas previstas está a constituição de fundos que seriam negociados na Bolsa e teriam parte do rendimento revertido às instituições de ensino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/quem-vai-investir-nas-universidades-apos-tanto-ataque-questiona-reitor-da-unicamp.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Alunos se mobilizam contra projeto da gestão Doria

Eles cobram mais diálogo com o governo; gestão Doria destaca que adesão é voluntária

Há quatro anos, eles assistiram os alunos de turmas pouco mais velhas que as deles ocuparem mais de uma centena de escolas contra um projeto do governo estadual de São Paulo que pretendia fechar colégios. Com 12 ou 13 anos, eles viram os colegas não só barrar o plano, mas ainda sair com a promessa de que teriam mais poder de decisão nas políticas educacionais. Há um mês o governador João Doria (PSDB) apresentou um grande projeto de segurança para as escolas e os alunos dizem não ter sido consultados. Por isso, decidiram mais uma vez protestar.

“Prometeram mais diálogo, mais participação dos alunos. Eu ainda estava no ensino fundamental e acreditei na promessa, achava que a escola iria melhorar, teria mais a minha cara. Mas nada mudou, tudo o que chega às escolas é imposto, assim como esse programa de segurança”, diz um aluno do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Emiliano Cavalcanti, no Alto de Pinheiros, zona oeste da capital – o Estado optou por não identificar os estudantes por serem menores de idade.

No início de julho, o governador apresentou o programa Escola Mais Segura, que prevê o investimento de R\$ 60 milhões na contratação de policiais para reforçar o patrulhamento das escolas, instalação de câmeras de segurança integradas ao sistema da polícia e a liberação para que policiais aposentados possam trabalhar na parte administrativa dos colégios.

“É um investimento alto em uma série de equipamentos que podem ser prejudiciais para muitos alunos. Tenho certeza que a maioria dos estudantes preferia receber uma merenda de melhor qualidade, ter a certeza de que tem caderno e lápis ou que sua sala não tem goteiras”, disse uma aluna, de 17 anos, da escola técnica (Etec) Santa Ifigênia, no centro de São Paulo.

Inspirados nos “veteranos”, eles decidiram ir hoje às ruas protestar contra o projeto que chamam de “militarização da educação”. De uma dezena de escolas públicas de São Paulo, eles se organizaram nas férias de julho e dizem ter o apoio de alunos de colégios particulares.

Consulta

Rossieli Soares, secretário estadual da Educação, diz que o projeto não foi imposto e a adesão das escolas será voluntária, a depender de discussão com a comunidade escolar. “Elas vão ter de debater com pais, alunos e professores antes de aderir. Garantimos que todos serão ouvidos e a vontade da comunidade será respeitada, mas eles têm de entender que não são só os alunos que devem ser consultados.”

Segundo ele, o projeto de lei que permitirá a atuação dos policiais aposentados nas escolas ainda não está pronto. “Não é qualquer policial que pode trabalhar em uma escola. Vamos pensar em como garantir que só estejam aqueles que tenham perfil adequado para lidar com crianças e adolescentes.”

Já no governo federal, a promessa é apostar em escolas cívico-militares, com gestão compartilhada entre a secretaria da educação local e a PM. Para isso, a União autorizou em julho atuação de policiais e bombeiros da ativa em colégios desse modelo.

UNE e Ubes fazem terceiro ato pela Educação

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Secundaristas (Ubes) realiza hoje o terceiro ato do ano contra o corte orçamentário na Educação brasileira. Eles reivindicam a recomposição do orçamento das universidades federais, a concessão de bolsas de pesquisa que foram congeladas e protestam contra o projeto Future-se, apresentado pelo governo federal como alternativa de financiamento para o ensino superior público.

Segundo Pedro Gorki, presidentes da Ubes, os protestos estão marcados em todas as capitais do País e mais 200 cidades. O ato é apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que marcou paralisações de professores e funcionários em escolas das redes municipais e estaduais e nos institutos de ensino superior federais. Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não quis comentar sobre o ato.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS **Querelas do Brasil**

A canção de Aldir Blanc e Mauricio Tapajós chamava a atenção para a falta de sintonia das elites brasileiras com o povo. Trazendo para a economia, ao longo de décadas elites e governantes perderam a sintonia com os anseios do País. São muitas as querelas.

Começamos com as disparidades pessoais e regionais de renda. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento analisou 29 países – desenvolvidos e em desenvolvimento – e mostrou que o Brasil está no grupo das dez nações mais desiguais. O 1% mais rico concentra 23% do total da renda do País, nível bem acima da média internacional. Dados de Imposto de Renda referentes ao período de 2006 a 2014 mostram que a desigualdade não diminuiu no País nos oito anos analisados.

Por outro lado, relatório do Banco Mundial mostra que, no Brasil, servidores públicos federais ganham 67% a mais do que um empregado no setor privado em função semelhante e igual formação e experiência profissional. O chamado “prêmio salarial” do funcionalismo brasileiro é o mais alto em uma amostra de 53 países pesquisados. O Banco avalia que os salários elevados dos servidores contribuem para aumentar a desigualdade. Para os servidores estaduais, a diferença é de 31%, patamar também alto, uma vez que a média internacional em países com níveis médios e altos de desenvolvimento é de 16%. Sendo os altos salários dos servidores financiados por meio de tributação, ao final, trata-se de uma forma de redistribuição de renda das classes pobres e médias para os mais ricos. Das dez atividades com salários mais elevados, seis estão no setor público, o que coloca os funcionários públicos federais no topo da distribuição de renda do País.

A segunda querela é a da educação. O sistema educacional brasileiro não só reflete as desigualdades, como as perpetua. Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos no Brasil é de 7% (2017). O dado representa 11,5 milhões de indivíduos que não sabem ler e escrever, não considerada a massa considerável de analfabetos funcionais. As disparidades regionais são gritantes, sendo a taxa, por exemplo, de 18,2% em Alagoas e 16,7% no

Maranhão, ante 2,6% em São Paulo e Santa Catarina. Sendo grande parte dos recursos

públicos direcionados para universidades gratuitas em detrimento da educação básica, perpetua-se mais um mecanismo de manutenção da pobreza e transferência de renda para os mais ricos.

Uma terceira querela é a da produtividade do trabalho, afetada evidentemente pela desigualdade social e mazelas do sistema educacional. Segundo análise do Insuper, nas últimas décadas o Brasil teve avanço insignificante em sua produção por trabalhador, passando de US\$ 25 mil, em 1994, para US\$ 30 mil, em 2016 (19% em mais de 20 anos). Comparativamente à produção por trabalhador dos Estados Unidos (que cresceu 48% no período), estamos em um patamar pior do que estávamos na década de 1990. Sabe-se que uma série de fatores influencia os baixos níveis de produtividade no Brasil. Mas a Educação e os poucos investimentos em infraestrutura continuam sendo os principais problemas. Se foi ampliado o acesso dos jovens à escola e o número de anos de estudo, eles não receberam uma educação de qualidade que lhes permitisse ser mais produtivos. O Brasil está há décadas entre os piores do mundo em qualidade da educação.

Perpetuam-se mecanismos de manutenção da pobreza e transferência de renda para os mais ricos no País

Por fim, mas não esgotando as querelas, a falta de qualidade do sistema educacional é o grande freio ao desenvolvimento. O Brasil tem baixo percentual de alunos formados em ciências, tecnologia, engenharia e matemática. Enquanto China, Coreia do Sul e Estados Unidos têm metade dos universitários nessas áreas, no Brasil a parcela não passa de 15%. Parcerias entre empresas e universidades para a produção de novas tecnologias por meio de incubadoras ainda são muito reduzidas. Desta forma, a maior parte das empresas brasileiras se vale de técnicas mais rudimentares de produção, baixando a média da produtividade e tornando-se pouco competitiva. O Brasil não conhece o Brasil...

ECONOMISTA, CONSULTOR DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, É COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Estados iniciam implantação do novo modelo de ensino médio

Escolas-piloto em CE, ES, MG e RS testarão currículo flexível, com disciplinas eletivas e itinerários formativos

O novo formato do ensino médio, criado a partir de uma medida provisória em 2017 e que deve ser implementado por todas as escolas do país até 2021, começa a ganhar forma em alguns estados. Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais já possuem diretrizes de como se darão as mudanças e vão testá-las em "escolas-piloto".

O modelo para todo o país prevê, como pilares, ampliação da carga horária e flexibilização do currículo — com disciplinas eletivas e itinerários formativos (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). A partir disso, cada estado vai adequar à sua própria realidade.

No Espírito Santo, o governo dividiu o estado entre a Região Metropolitana, onde há maior concentração de escolas, e o interior, onde as cidades, em geral, têm apenas um

colégio de ensino médio.

— Onde temos mais de uma unidade de ensino, prevemos agrupá-las. Nesse modelo, cada uma vai oferecer um itinerário, e o aluno se desloca entre elas num raio limitado. Em cada um desses grupos haverá um colégio vocacionado para o ensino técnico, que é nossa prioridade — afirma Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação.

No interior, duas opções estão sendo estudadas: oferecer menos itinerários (ao menos dois) ou criar um consórcio de municípios, repetindo a ideia de agrupamento aplicada na capital.

— No consórcio de municípios, o aluno pode fazer suas escolhas se estiver disposto a se deslocar, sendo uma dessas cidades central para o ensino médio ser integrado ao técnico — afirmou o secretário.

COMBATE À EVASÃO

Defensores da mudança do ensino médio argumentam que a alta evasão nesta etapa escolar está relacionada à baixa atratividade do currículo. Por isso, o novo formato prevê 1.800 horas comuns a todos os estudantes e outras 1.200 escolhidas individualmente pelos alunos nos itinerários formativos.

— Ouvimos 36 mil alunos do 1º ano para saber o que eles pensam do Novo Ensino Médio e descobrimos que a maior parte nunca tinha ouvido falar. Também aprendemos que existe um claro interesse no ensino técnico, e vamos dar ênfase nisso — diz Angelo.

No Rio Grande do Sul, o formato dos itinerários ainda está sendo desenhado. O estado tem 300 escolas-piloto. Já em 2018, o currículo começou a se flexibilizar com a inclusão de disciplinas optativas.

— Já começamos, nesse ano, cem minutos semanais de atividades eletivas nas escolas-piloto — afirma Adriana Schneider, coordenadora estadual do Novo Ensino Médio no RS. — Os professores oferecem esses projetos, e os alunos se inscrevem no dia. Deixa de ter uma turma fixa e a escola se mistura. O que eles mais gostam são atividades coletivas, como produção de filmes, robótica, feiras de ciências e de profissões.

Enquanto isso, no Nordeste, o Ceará precisou fazer poucas alterações em sua rede. Nas escolas de horário integral já havia a possibilidade de itinerários formativos. Lá, os alunos escolhem atividades num cardápio de 300 eletivas, como Formação do Povo Brasileiro, História do Ceará, Ciência das Cores e Introdução à Contabilidade. Isso corresponde a 1.200 horas.

— A nossa tarefa mais difícil, para a construção do novo modelo de ensino médio, é ter um teto de 1.800 horas para a base comum. Estávamos acostumados com um número mínimo de horas, não máximo. Agora, trabalhamos para saber como organizamos esse conteúdo para dar em menos horas — diz Iane Nobre, coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio no estado.

Sobre os itinerários, o plano do Ceará é ter as cinco possibilidades em todas as escolas de ensino médio.

— Queremos isso porque o aluno pode fazer itinerários integrados. Ou seja, passear por eles. Um semestre num dos itinerários e depois em outro, se preferir assim —diz Iane.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Fuga de cérebros é realidade, diz chefe da Academia Brasileira de Ciências

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), o físico Luiz Davidovich tem assinado cada vez mais cartas de recomendação para pesquisadores que deixam o Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6388221/fuga-de-cerebros-e-realidade-diz-chefe-da-academia-brasileira-de-ciencias>

topo ↕

A TARDE - BA - BAHIA

Entidades se unem para terceiro protesto contra cortes na Educação

Na capital, ato acontece às 9h, com início no Campo Grande até a praça Castro Alves

MOBILIZAÇÃO

Após as manifestações que ocuparam as ruas de diversos estados do Brasil em maio, as entidades ligadas à Educação se reúnem para o 3º Ato em Defesa da Educação, também chamado nas redes sociais de “Tsunami da Educação”, hoje em todo o País. Na capital baiana, o ato acontecerá às 9h, com início no Campo Grande e destino final na praça Castro Alves. Organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a manifestação tem como objetivo defender a autonomia universitária, além de ser contra o projeto Future-se, do Ministério da Educação (MEC), que tem como proposta terceirizar o financiamento da educação pública ao mercado. A vice-presidente da UNE-BA, Carolina Nunes, destaca também a falta de diálogo do atual governo. “Já tivemos várias situações em que o governo Bolsonaro sinaliza não dialogar com os movimentos sociais da educação, que pensam uma educação mais democrática e mais inclusiva, além de ter um projeto de privatização e de sucateamento do projeto que estava em curso”. Quem também estará presente é a Central Única de Trabalhadores (CUT), e, de acordo com Cedro Silva, presidente da CUT Bahia, durante o ato a classe trabalhadora estará reunida ainda contra a reforma da Previdência e também pretende defender outras causas.

“Esse ato é nacional, mais uma atividade feita contra os cortes na educação e a reforma da Previdência que tramita no Senado. As outras bandeiras como privatização, desemprego, racismo, intolerância religiosa e homofobia estarão presentes”. De acordo com a CUT, o ato acontecerá em Salvador e em diversos municípios como Juazeiro, Senhor do Bonfim, Serrinha, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Itabuna e Teixeira de Freitas. “A classe trabalhadora está atenta que as medidas adotadas por Bolsonaro só trarão desemprego, queda na qualidade da educação e um abismo social motivado por brasileiras e brasileiros que trabalharão a vida toda, e muitos casos não conseguirão cumprir as novas regras para alcançar a assistência social. É um governo que não pensa no trabalhador, nem nos pobres”, conclui Cedro Silva. Quem também marca presença é o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), que convocou estudantes e professores. “Estaremos de mãos dadas em favor da democracia, contra a reforma da Previdência e em defesa da educação

gratuita, laica e de qualidade”, ressalta a diretora da APLB, Elza Melo.

Em nota, a UNE destaca que a manifestação será pacífica e deverá reunir além de universitários, estudantes dos institutos federais, professores e funcionários das instituições de ensino afetadas pelos cortes.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MAIARA LOPES

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Parceria com italianos e colombianos fomenta pesquisa sobre ensino da Matemática

Promover outras formas de ensinar matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa é a motivação da pesquisa desenvolvida pelas professoras doutoras Ieda Giongo, Marli Quartieri, Sonia Gonzatti e Marcia Rehfeldt da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Além do apoio da secretaria municipal de Educação de Estrela, o projeto conta com parceiros nacionais e internacionais, como pesquisadores da Universidade de Pisa, na Itália, e Universidade de Narino, na Colômbia.

Três escolas de Estrela estão no enfoque do estudo. Conforme a professora Ieda, coordenadora da pesquisa, o projeto se desenvolve a partir das demandas dos colégios estrelenses. Para isso, professores das três escolas participam periodicamente das reuniões de pesquisa na Univates. Nesses momentos são planejadas e problematizadas tarefas de análise que devem ser aplicadas nas turmas da educação básica. A proposta busca aproximar o conhecimento produzido na academia do ensino básico.

Duas escolas trabalham com a metodologia de investigação matemática que aposta em tarefas mais abrangentes e frequentemente têm mais de uma resposta. Ieda explica que, nessa ótica, é importante trabalhar em grupo, discutir as questões, entrar em um acordo e escrever sobre. Na outra escola opera-se com estratégias vinculadas ao campo da Etnomatemática, envolvendo também questões culturais. "Nesse caso, nossa ligação é bem maior com a Universidade de Pisa. Tanto lá quanto aqui turmas de alunos do quarto e do quinto ano estão envolvidos em um projeto que foca em como as pessoas moram, suas casas e culturas. Assim podemos problematizar, com a matemática, as questões sociais, políticas e econômicas. A geometria é um instrumento para isso", explica a professora.

Os resultados são discutidos em reunião. Atividades muito parecidas são desenvolvidas na Colômbia e na Itália e os resultados são comparados. "As crianças envolvidas resolvem as tarefas de modo criativo e têm nos surpreendido com as diferentes estratégias de resolução", comenta a professora Ieda. Para o secretário de Educação de Estrela, Marcelo Mallmann, o alinhamento da teoria com a prática beneficia todos os envolvidos. "Todo o conhecimento compartilhado com os professores auxilia e impacta de forma positiva no aprendizado dos alunos", afirma.

Conforme a professora Ieda, as temáticas de álgebra e geometria foram escolhidas tendo em vista a Base Nacional Comum Curricular, que alerta para a necessidade de desenvolver, nos estudantes, o pensamento pré-algébrico e geométrico desde a educação infantil. O programa tem o objetivo de estabelecer metas para a educação nos municípios e estabelecer a forma pela qual eles serão cumpridos. O projeto está

vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas da universidade.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Denúncias custam a chegar às cortes internacionais

Enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos pune nações, o Tribunal Penal Internacional, em Haia, julga indivíduos. Mesmo assim, apesar de avanços, como a Lei Maria da Penha, criada a partir de uma recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Mazzuoli reconhece a dificuldade da aplicação interna do direito internacional dos direitos humanos, "que acaba sendo um refúgio de reclamações e queixas". A solução, para o professor, seria os estados entenderem que o prejuízo à sua imagem internacional diante do não cumprimento das sentenças é efetivo, e que cumprir as normas de direitos humanos é uma obrigação inegociável.

Qualquer pessoa pode acionar as cortes internacionais, desde que já tenha entrado na Justiça no Brasil e todas as instâncias judiciais possíveis dentro do País tenham se esgotado - algo demorado. Não é à toa que, quando chegam a ser julgados por um tribunal internacional, os casos já são antigos.

O caso do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto pela ditadura brasileira em outubro de 1975, por exemplo, só foi julgado pela Corte Interamericana mais de 40 anos após a ocorrência do assassinato. Outras grandes violações, como a não responsabilização dos culpados pelos rompimentos das barragens nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho, têm potencial de julgamento pela corte, mas as milhares de violações a direitos humanos cometidas diariamente no Brasil dependem muito mais de resoluções por juízes brasileiros do que internacionais.

Mazzuoli acredita que o maior desafio não é, propriamente, que as cortes internacionais condenem os estados, e sim que as denúncias cheguem até elas. Em seu livro *Direitos humanos na jurisprudência internacional* (Editora Método, 2019), o professor constatou que, de cada 3 mil casos que chegam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, menos de 20 são admitidos e nem todos são enviados para a Corte Interamericana de Direitos Humanos - o resultado é o julgamento, pela corte, de três a quatro casos por ano. "Percebe-se uma seletividade na Comissão Interamericana", avalia.

A professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos), Fernanda Bragato, salienta que nem sempre as decisões internacionais envolvem sentenças, mas, mesmo nos casos em que elas existem, é difícil que sejam cumpridas no Brasil. "Indenizações o governo vinha pagando tranquilamente, assim como publicações em jornais da decisão etc. Mas quando as decisões são no sentido de determinar reabertura de inquéritos, processamento de alguma ação na Justiça, os entraves são bem grandes", avalia.

Na prática, Fernanda vê que, mesmo criando-se um constrangimento para o governo federal, o cumprimento de uma obrigação internacional carece de mecanismos para que o Estado seja penalizado caso não o faça. "É como se a Justiça te condenasse a pagar uma indenização para mim, mas não tivesse meios de te coagir a fazer isso", explica. A criação de mecanismos não seria, segundo a pesquisadora, de interesse dos estados e, mesmo se fosse, estaria entrando em conflito com a soberania de cada país.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Por militância política, Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina

Órgão ligado ao MEC recusa dar R\$ 80 mil pedidos para evento; organizadores dizem que congresso teve financiamento federal por 8 anos

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

ctv-ozo-mec

A **Capes**, órgão do Ministério da Educação (MEC), se recusou a financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política” (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como “direito moderno” e “democracia intercultural”. Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado.

Em nota, a rede diz que fica clara a “ideologização” de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que “qualquer tentativa de abordagem crítica” não terá seu apoio. O professor José Luiz de Magalhaes, presidente nacional da rede, disse que a organização entrou com recurso por entender que esse é um posicionamento do parecionista e não da **Capes**, por isso, pede que a decisão seja revista por uma comissão de especialistas da área. Segundo ele, a rede tem mais de 200 membros das principais

universidades da América Latina, todos eles juristas e especialistas em constitucionalismo - área que estuda as novas constituições da região.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu “não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos”, mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que “honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa”.

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. “Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê.”

COLABOROU MARCO ANTONIO CARVALHO

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capex nega verba por ‘militância política’

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política” (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como “direito moderno” e “democracia intercultural”. Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do

Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a “ideologização” de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que “qualquer tentativa de abordagem crítica” não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu “não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos”, mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que “honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa”.

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. “Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê.” (Colaborou Marco Antonio Carvalho)

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Por militância política, Capes nega verba de apoio a realização de congresso em Santa Catarina

Órgão ligado ao MEC recusa dar R\$ 80 mil pedidos para evento; organizadores dizem que congresso teve financiamento federal por 8 anos

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm “elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito”, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. “Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez.”

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como “aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso

não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado.

Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio. O professor José Luiz de Magalhaes, presidente nacional da rede, disse que a organização entrou com recurso por entender que esse é um posicionamento do parecista e não da **Capes**, por isso, pede que a decisão seja revista por uma comissão de especialistas da área. Segundo ele, a rede tem mais de 200 membros das principais universidades da América Latina, todos eles juristas e especialistas em constitucionalismo - área que estuda as novas constituições da região.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê." / COLABOROU MARCO ANTONIO CARVALHO

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex nega verba por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil.

"Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê." (Colaborou Marco Antonio Carvalho)

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Alunos criticam projeto de segurança para escolas em São Paulo

Eles cobram mais diálogo com o governo; gestão Doria destaca que adesão é voluntária

Há quatro anos, eles assistiram os alunos de turmas pouco mais velhas que as deles ocuparem mais de uma centena de escolas contra um projeto do governo estadual de São Paulo que pretendia fechar colégios. Com 12 ou 13 anos, eles viram os colegas não só barrar o plano, mas ainda sair com a promessa de que teriam mais poder de decisão nas políticas educacionais. Há um mês o governador João Doria (PSDB) apresentou um grande projeto de segurança para as escolas e os alunos dizem não ter sido consultados. Por isso, decidiram mais uma vez protestar.

"Prometeram mais diálogo, mais participação dos alunos. Eu ainda estava no ensino fundamental e acreditei na promessa, achava que a escola iria melhorar, teria mais a minha cara. Mas nada mudou, tudo o que chega às escolas é imposto, assim como esse programa de segurança", diz um aluno do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Emiliano Cavalcanti, no Alto de Pinheiros, zona oeste da capital – o Estado optou por não identificar os estudantes por serem menores de idade.

No início de julho, o governador apresentou o programa Escola Mais Segura, que prevê o investimento de R\$ 60 milhões na contratação de policiais para reforçar o

patrulhamento das escolas, instalação de câmeras de segurança integradas ao sistema da polícia e a liberação para que policiais aposentados possam trabalhar na parte administrativa dos colégios.

“É um investimento alto em uma série de equipamentos que podem ser prejudiciais para muitos alunos. Tenho certeza que a maioria dos estudantes preferia receber uma merenda de melhor qualidade, ter a certeza de que tem caderno e lápis ou que sua sala não tem goteiras”, disse uma aluna, de 17 anos, da escola técnica (Etec) Santa Ifigênia, no centro de São Paulo.

Inspirados nos “veteranos”, eles decidiram ir hoje às ruas protestar contra o projeto que chamam de “militarização da educação”. De uma dezena de escolas públicas de São Paulo, eles se organizaram nas férias de julho e dizem ter o apoio de alunos de colégios particulares.

Consulta

Rossieli Soares, secretário estadual da Educação, diz que o projeto não foi imposto e a adesão das escolas será voluntária, a depender de discussão com a comunidade escolar. “Elas vão ter de debater com pais, alunos e professores antes de aderir. Garantimos que todos serão ouvidos e a vontade da comunidade será respeitada, mas eles têm de entender que não são só os alunos que devem ser consultados.”

Segundo ele, o projeto de lei que permitirá a atuação dos policiais aposentados nas escolas ainda não está pronto. “Não é qualquer policial que pode trabalhar em uma escola. Vamos pensar em como garantir que só estejam aqueles que tenham perfil adequado para lidar com crianças e adolescentes.”

Já no governo federal, a promessa é apostar em escolas cívico-militares, com gestão compartilhada entre a secretaria da educação local e a PM. Para isso, a União autorizou em julho atuação de policiais e bombeiros da ativa em colégios desse modelo.

UNE e Ubes fazem terceiro ato pela Educação

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Secundaristas (Ubes) realiza hoje o terceiro ato do ano contra o corte orçamentário na Educação brasileira. Eles reivindicam a recomposição do orçamento das universidades federais, a concessão de bolsas de pesquisa que foram congeladas e protestam contra o projeto Future-se, apresentado pelo governo federal como alternativa de financiamento para o ensino superior público.

Segundo Pedro Gorki, presidentes da Ubes, os protestos estão marcados em todas as capitais do País e mais 200 cidades. O ato é apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que marcou paralisações de professores e funcionários em escolas das redes municipais e estaduais e nos institutos de ensino superior federais. Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não quis comentar sobre o ato.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível

Desafio é implementar os cinco caminhos pelos quais os alunos escolherão os conteúdos a estudar; CE, ES, MG e RS já fazem testes em escolas-piloto

RIO — O novo formato do ensino médio, criado a partir de uma medida provisória em 2017 e que deve ser implementado por todas as escolas do país até 2021, começa a ganhar forma em alguns estados.

Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais já possuem algumas diretrizes de como se darão as mudanças e vão testá-las em "escolas-piloto", que recebem (ou deveriam receber) verba federal de um programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio.

O modelo para todo o país prevê, como pilares, ampliação da carga horária e flexibilização do currículo — com disciplinas eletivas e itinerários formativos (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). A partir disso, cada estado vai adequar à sua própria realidade.

No Espírito Santo, o governo dividiu o estado entre a Região Metropolitana, onde há maior concentração de escolas, e o interior, onde as cidades, em geral, têm apenas um colégio de ensino médio.

— Onde temos mais de uma unidade de ensino, prevemos agrupá-las. Nesse modelo, cada uma vai oferecer um itinerário, e o aluno se desloca entre elas num raio limitado. Em cada um desses grupos haverá um colégio vocacionado para o ensino técnico, que é nossa prioridade — afirma Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação.

No interior, duas opções estão sendo estudadas: oferecer menos itinerários (ao menos dois) ou criar um consórcio de municípios, repetindo a ideia de agrupamento aplicada na capital.

— No consórcio de municípios, o aluno pode fazer suas escolhas se estiver disposto a se deslocar, sendo uma dessas cidades central para o ensino médio ser integrado ao técnico — afirmou o secretário.

Combate à evasão

Defensores da mudança do ensino médio argumentam que a alta evasão nesta etapa escolar está relacionada à baixa atratividade do currículo. Por isso, o novo formato prevê 1.800 horas comuns a todos os estudantes e outras 1.200 escolhidas individualmente pelos alunos nesses itinerários formativos.

— Ouvimos 36 mil alunos do 1º ano para saber o que eles pensam do Novo Ensino Médio e descobrimos que a maior parte nunca tinha ouvido falar. Também aprendemos que existe um claro interesse no ensino técnico, e vamos dar ênfase nisso — diz de Angelo.

O governo federal criou, em 2018, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (leia mais abaixo), no qual os estados poderiam aderir para criar escolas-piloto — apenas o Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e o Distrito Federal não aderiram.

Ao fim desse processo, foram escolhidos 3.519 colégios para discutirem o modelo. No ano que vem, eles já oferecerão itinerários formativos. O restante das unidades escolares

do Brasil, só em 2021.

Inclusão de optativas no currículo

No Rio Grande do Sul, o formato dos itinerários ainda está sendo desenhado. O estado tem 300 escolas-piloto. Já em 2018, o currículo começou a se flexibilizar com a inclusão de disciplinas optativas.

— Já começamos, nesse ano, cem minutos semanais de atividades eletivas nas escolas-piloto — afirma Adriana Schneider, coordenadora estadual do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul: — Os professores oferecem esses projetos, e os alunos se inscrevem no dia. Deixa de ter uma turma fixa e a escola se mistura. O que eles mais gostam são atividades coletivas, como produção de filmes, robótica, feiras de ciências e de profissões.

Enquanto isso, no Nordeste, o Ceará precisou fazer poucas alterações em sua rede. Nas escolas de horário integral já existia a possibilidade de itinerários formativos. Lá, os alunos escolhem atividades num cardápio de 300 eletivas diferentes, como Formação do Povo Brasileiro, História do Ceará, Ciência das Cores e Introdução à Contabilidade. Isso corresponde a 1.200 horas.

— A nossa tarefa mais difícil, para a construção do novo modelo de ensino médio, é ter um teto de 1.800 horas para a base comum. A gente estava acostumada com um número mínimo de horas, não máximo. Estamos trabalhando agora para saber como organizamos esse conteúdo para dar em menos horas — diz Iane Nobre, coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio no estado.

Sobre os itinerários, o plano do Ceará é ter as cinco possibilidades em todas as escolas de ensino médio.

— Queremos isso porque o aluno pode fazer itinerários integrados. Ou seja, passear por eles. Um semestre num dos itinerários e depois em outro se preferir assim — diz Iane.

Programa de apoio tem verba travada

Estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio tiveram direito a uma verba de R\$ 350 milhões. Desse montante, 20% já foi pago e a próxima parcela, de 40%, está bloqueada por conta da decisão do ministro, Abraham Weintraub, de romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Ele argumentou que parâmetros formais foram desrespeitados na assinatura do contrato, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério.

Esse dinheiro é destinado às ações de flexibilização do currículo. Na prática, bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços para a elaboração das ideias, reparos na infraestrutura escolar, além da compra de equipamentos e mobiliários.

Minas Gerais é um dos 23 estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. A subsecretária de Desenvolvimento de Educação Básica, Geniana Faria, afirmou que a Secretaria Estadual de Educação está neste momento discutindo a

formação dos itinerários com um grupo de professores formado por docentes tanto da rede estadual, quanto da municipal.

— Temos realidades muito diferentes nos 853 municípios do estado. Por isso, estamos na fase de diagnóstico de como definir os itinerários — conta Geniana.

Já os estados que não aderiram ao programa, como Rio e São Paulo, precisam aportar recursos próprios. Ambos ressaltam que foram decisões de gestões passadas. Os paulistas afirmaram que tentaram, junto ao MEC, a reabertura do processo, mas não foram atendidos.

A Secretaria Estadual de Educação do Rio afirmou, em nota, que a gestão anterior da decidiu não aderir ao novo Ensino Médio e que a atual está "estudando os motivos desta não adesão".

Além disso, as equipes técnicas estão "avaliando a possibilidade de adesão, pois será aberta pelo MEC novamente até o final do ano". A pasta não informou sobre como anda as discussões do formato do Novo Ensino Médio no estado.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se

Transcrevo abaixo a nota das Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro sobre a consulta pública do programa Future-se.

O Ministério da Educação apresentou para consulta pública o programa Future-se, que teria como objetivo o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Algumas premissas devem ser consideradas cláusulas pétreas que antecedem a possibilidade de adesão a esse ou qualquer outro programa:

- 1) garantia da autonomia universitária estabelecida pelo artigo 207 da Constituição brasileira;
- 2) contratação exclusivamente através de concursos públicos para as atividades-fim das Ifes;
- 3) financiamento público federal do ensino superior e manutenção da gratuidade.

As universidades e institutos federais do estado do Rio de Janeiro são autarquias federais com a prerrogativa do autogoverno e que têm autonomia didática, administrativa e de gestão financeira. A autonomia das Ifes está prevista na Constituição Federal com a finalidade de garantir que o pensamento crítico e a produção científica nacional estejam protegidos de ingerências externas, inclusive governamentais.

Essas preocupações se fundamentam no fato de o programa Future-se prever a contratação de Organizações Sociais, cuja finalidade é a redução do tamanho do Estado mediante a transferência de certas atividades para o chamado "terceiro setor". A educação superior deve ser mantida pública e gratuita, pois o desenvolvimento científico e tecnológico promovido pelas instituições de ensino superior elevou o Brasil a patamares competitivos internacionalmente nas diferentes áreas do conhecimento.

A proposta foi elaborada em contexto de grave restrição orçamentária das Ifes, que correm risco real de interrupção das atividades acadêmicas neste segundo semestre de 2019. É, portanto, fundamental discutir profundamente o modelo de financiamento do ensino superior. São positivas as ideias de expandir o orçamento para além do teto de gastos e o investimento em pesquisa, inovação e internacionalização. No entanto, até o momento não há informações suficientes para avaliar, em detalhes, os impactos orçamentários do Future-se, principalmente no curto prazo, nem tão pouco seus impactos e riscos no médio e longo prazos.

É preocupante que o Future-se não contemple nenhuma proposta para garantir a maior inclusão e assistência estudantil. É fundamental que toda a comunidade das instituições de ensino superior conheça a minuta do Projeto de Lei divulgada pelo MEC.

Neste texto, teceremos uma análise, ainda preliminar, sobre três aspectos do programa: método de elaboração, detalhamento e conteúdo.

Método de elaboração

O Future-se pegou de surpresa todos os reitores das Instituições Federais de Ensino Superior. Em reuniões com os reitores, foi mencionado que estava sendo preparado um plano para as Ifes. O MEC nos convidou para uma exposição de linhas gerais do projeto na terça-feira, dia 16 de julho. Todavia, em nenhum momento os reitores foram convocados para contribuir com a formulação do conteúdo do texto. Como representantes legítimos de nossas comunidades e no exercício de mandatos de responsabilidade intergeracionais, estamos sempre prontos a contribuir para o futuro da educação superior no Brasil.

Detalhamento

Como o Future-se tem um caráter de reforma estruturante, seria necessário que se preparasse um documento sólido para ser debatido na consulta pública e pelo tempo necessário à construção de consensos mínimos. Porém, um dos principais aspectos do documento é a falta de definição dos principais contornos das medidas a serem tomadas. Além disso, o Projeto de Lei contém divergências ou é omissivo sobre várias medidas que foram apresentadas pelo MEC durante entrevistas coletivas.

Podemos ressaltar, por exemplo, o papel das Organizações Sociais e do Comitê Gestor no “apoio” aos três eixos do Future-se, a saber:

- 1) gestão, governança e empreendedorismo,
- 2) pesquisa e inovação e
- 3) internacionalização.

Em momento algum, detalham-se quem serão os membros e como esses grupos seriam incorporados à atual estrutura administrativa das Ifes.

A proposta tem aspecto de uma carta branca para que um órgão externo às Ifes,

composto por membros ainda desconhecidos, e sem necessidade de licitação pública intervenha não somente na gestão, mas nas políticas acadêmicas do ensino superior, o que pode configurar um atentado ao princípio constitucional da autonomia das Ifes.

Conteúdo

A falta de detalhamento é um empecilho à avaliação pormenorizada. Contudo, fica evidente a ausência de definição de políticas educacionais, mesmo aquelas que já deveriam estar alinhadas ao Plano Nacional de Educação aprovado por unanimidade no congresso nacional. O projeto faz uso de linguagem do mercado financeiro sobre a criação de fundos de investimento, direito de nomeação, cessão de imóveis públicos, entre outros, sem oferecer detalhes sobre responsabilidades, riscos e outras condições. Apesar de a base do programa ser focada em medidas financeiras e administrativas, não foi apresentada nenhuma perspectiva real de aumento no investimento das Ifes no curto ou médio prazos. Não está claro se o MEC objetiva criar uma composição orçamentária em que as Ifes seriam encarregadas de levantar um percentual fixo de seu custeio, eximindo o Estado de sua responsabilidade, o que é perverso para o desenvolvimento socioeconômico da nação.

Diante do exposto, reafirmamos nossa disposição de debater toda e qualquer proposta para a universidade brasileira, sempre guiados pelos princípios constitucionais e republicanos, com responsabilidade não somente com os novos tempos, mas também com a vida presente de nossas instituições.

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da UFF;

Carlos Henrique Figueiredo Alves, diretor-geral do Cefet/RJ;

Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ;

Jefferson Manhães de Azevedo, reitor do IFF;

Rafael Barreto Almada, reitor do IFRJ;

Ricardo Luiz Louro Berbara, reitor da UFRRJ

Ricardo Silva Cardoso, reitor da UniRio.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Estudantes marcam atos pelo Brasil em defesa da Educação

Em São Paulo, concentração será em frente ao Masp. Todas as regiões do país, incluindo as capitais dos Estados e Brasília terão protestos

Protestos estão marcados para ocorrer em todo o país nesta terça-feira (13) após contingenciamento de verbas anunciados pelo Ministério da Educação. Atos em todos os Estados vêm sendo chamados pelas maiores entidades estudantis e sindicais do País, incluindo a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a centrais sindicais.

O chamado Tsunami pela Educação foi convocado contra os cortes sucessivos no orçamento do MEC (Ministério da Educação) e contra o Programa Future-se, que, segundo a UNE, “pretende terceirizar o financiamento da educação pública para o

mercado". A Reforma da Previdência também é alvo dos protestos.

De acordo com o Sinpro (Sindicato dos Professores de São Paulo), Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo) e Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) não haverá paralisação nas escolas - nem da rede pública, nem privada. No entanto, professores e funcionários estão convocados a participar dos atos em frente ao Masp a partir das 15h na avenida Paulista, em São Paulo.

Adusp (Associação dos Docentes da USP), Adunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp) e Adunesp (Associação dos Docentes da Unesp) convocam os professores das universidades públicas paulistas para paralisarem as atividades e irem às ruas. As associações seguem a orientação da Andes (Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior).

Os atos da UNE devem ocorrer em todas as regiões do país e nas principais capitais dos Estados e em Brasília.

O Ministério da Justiça autorizou o uso da Força Nacional de Segurança Pública pelo MEC para "as ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado".

A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, a período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

Em julho, o governo anunciou mais um contingenciamento de verbas que atingiu o Ministério da Educação. Foram congelados R\$ 349 milhões do orçamento que seriam destinados a "produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica". Em maio, o governo já havia bloqueado R\$ 2,2 bilhões que atingiram da educação básica à pesquisa de pós-graduação, sendo as universidades federais as mais atingidas pelos cortes.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Servidores param nesta 3ª contra Nova Previdência e cortes na educação No Distrito Federal, a mobilização está com concentração marcada para as 9h, em frente do Museu Nacional

A greve nacional pela educação, que contará com a participação de outras categorias, visa também protestar contra a reforma da Previdência. Esta é a proposta de servidores públicos, professores e estudantes para esta terça-feira (13/08/2019), Dia Nacional de Mobilização, Paralisações e Greves.

Além de brigar contra a proposta de reajuste previdenciário aprovada na Câmara dos Deputados, na semana passada, os trabalhadores prometem esforços conjuntos para derrubar os cortes anunciados pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) na área de educação.

No Distrito Federal, a mobilização está com concentração marcada para as 9h, em frente ao Museu Nacional. Lá, serão repassadas algumas deliberações e orientações para os participantes. Como a reforma da Previdência seguiu para o Senado, a pressão agora será sobre aquela Casa.

Dessa forma, os organizadores da greve, que se dará apenas nesta terça-feira (13/08/2019), farão uma marcha até o Congresso Nacional, onde irão procurar os senadores que pretendem votar com o governo a fim de demovê-los da ideia, além do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

“Esperamos a adesão de pelo menos 80% dos professores da rede pública do Distrito Federal”, revela Cláudio Antunes, diretor de Imprensa e Divulgação do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF).

Otimismo

Tal otimismo se deve, segundo Santana, à gravidade não só da reforma da Previdência, como também aos cortes impostos pelo governo na educação.

“No DF, desde 2016 cerca de 1.440 professores se aposentam a cada ano”, explica o diretor do Sinpro. “Com a reforma aprovada, haverá um impacto de adiamento nessas aposentadorias de pelo menos 95%”, contabiliza.

Cláudio Antunes ressalta que, no Distrito Federal, para atingir todos os requisitos necessários para se aposentar, professoras levam até 32 anos e professores, 37.

“Por isso, esperamos professores da educação básica, ensino médio e superior e também os da iniciativa privada. E estudantes do ensino médio e do superior”, convida o diretor. O Sinpro-DF disponibilizará ônibus, para aqueles que quiserem participar do ato, que sairão das diversas regiões administrativas. Confira os locais e horários de saída aqui.

Aparato

A Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), por sua vez, promete usar o seu aparato para apertar o governo contra algumas das propostas básicas do novo texto previdenciário, que prevê aumento na contribuição dos servidores.

“Além da exigência da idade mínima — 65 anos homens e 62 mulheres —, 40 anos de contribuição para receber o benefício integral, redução dos valores da aposentadoria, das pensões por morte e por invalidez, a reforma ataca diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público”, diz a Condsef, por meio de nota.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) disponibilizou, em seu endereço eletrônico na internet, um mapa com locais e horários dos atos confirmados em todo o país. Você confere aqui.

Aulas repostas

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal informa que as aulas eventualmente não ministradas durante a paralisação deverão ser repostas, ainda no semestre em curso, em datas a serem definidas pelas direções das escolas.

UnB sem aulas

Em assembleia geral, a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) aprovou a participação dos professores e das professoras da instituição na paralisação desta terça-feira (13/08/2019). Desta forma, aulas e demais atividades acadêmicas serão suspensas.

Além da pauta da mobilização, os participantes da assembleia elegeram outro alvo: o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, lançado pelo Ministério da Educação.

“A demonstração da rejeição da comunidade docente ao projeto do governo deverá acompanhar a construção de análises críticas sobre o Future-se, com o objetivo de informar a sociedade, fornecendo elementos que denunciem a gravidade dessa proposta”, coloca a ADUnB.

A assembleia também aprovou a criação de um grupo de trabalho para debater o Future-se, realizando a verificação dos relatórios jurídicos e demais documentos produzidos sobre o projeto, além de análise conjuntural.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Alunos criticam projeto de segurança para escolas em São Paulo Eles cobram mais diálogo com o governo; gestão Doria destaca que adesão é voluntária

Há quatro anos, eles assistiram os alunos de turmas pouco mais velhas que as deles ocuparem mais de uma centena de escolas contra um projeto do governo estadual de São Paulo que pretendia fechar colégios. Com 12 ou 13 anos, eles viram os colegas não só barrar o plano, mas ainda sair com a promessa de que teriam mais poder de decisão nas políticas educacionais. Há um mês o governador João Doria (PSDB) apresentou um grande projeto de segurança para as escolas e os alunos dizem não ter sido consultados. Por isso, decidiram mais uma vez protestar.

"Prometeram mais diálogo, mais participação dos alunos. Eu ainda estava no ensino fundamental e acreditei na promessa, achava que a escola iria melhorar, teria mais a minha cara. Mas nada mudou, tudo o que chega às escolas é imposto, assim como esse programa de segurança", diz um aluno do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Emiliano Cavalcanti, no Alto de Pinheiros, zona oeste da capital - o Estado optou por não identificar os estudantes por serem menores de idade.

No início de julho, o governador apresentou o programa Escola Mais Segura, que prevê o investimento de R\$ 60 milhões na contratação de policiais para reforçar o patrulhamento das escolas, instalação de câmeras de segurança integradas ao sistema da polícia e a liberação para que policiais aposentados possam trabalhar na parte administrativa dos colégios.

"É um investimento alto em uma série de equipamentos que podem ser prejudiciais para muitos alunos. Tenho certeza que a maioria dos estudantes preferia receber uma merenda de melhor qualidade, ter a certeza de que tem caderno e lápis ou que sua sala não tem goteiras", disse uma aluna, de 17 anos, da escola técnica (Etec) Santa Ifigênia, no centro de São Paulo.

Inspirados nos "veteranos", eles decidiram ir hoje às ruas protestar contra o projeto que chamam de "militarização da educação". De uma dezena de escolas públicas de São Paulo, eles se organizaram nas férias de julho e dizem ter o apoio de alunos de colégios particulares.

Consulta

Rossieli Soares, secretário estadual da Educação, diz que o projeto não foi imposto e a adesão das escolas será voluntária, a depender de discussão com a comunidade escolar. "Elas vão ter de debater com pais, alunos e professores antes de aderir. Garantimos que todos serão ouvidos e a vontade da comunidade será respeitada, mas eles têm de entender que não são só os alunos que devem ser consultados."

Segundo ele, o projeto de lei que permitirá a atuação dos policiais aposentados nas escolas ainda não está pronto. "Não é qualquer policial que pode trabalhar em uma escola. Vamos pensar em como garantir que só estejam aqueles que tenham perfil adequado para lidar com crianças e adolescentes."

Já no governo federal, a promessa é apostar em escolas cívico-militares, com gestão compartilhada entre a secretaria da educação local e a PM. Para isso, a União autorizou em julho atuação de policiais e bombeiros da ativa em colégios desse modelo.
UNE e Ubes fazem terceiro ato pela Educação

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Secundaristas (Ubes) realiza hoje o terceiro ato do ano contra o corte orçamentário na Educação brasileira. Eles reivindicam a recomposição do orçamento das universidades federais, a concessão de bolsas de pesquisa que foram congeladas e protestam contra o projeto Future-se, apresentado pelo governo federal como alternativa de financiamento para o ensino superior público.

Segundo Pedro Gorki, presidentes da Ubes, os protestos estão marcados em todas as capitais do País e mais 200 cidades. O ato é apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que marcou paralisações de professores e funcionários em escolas das redes municipais e estaduais e nos institutos de ensino superior federais. Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não quis comentar sobre o ato.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Contra cortes e em defesa das federais, estudantes vão às ruas pela 3ª vez

Estudantes, professores e centrais sindicais voltam às ruas hoje, pela terceira vez, para protestar contra o bloqueio de verbas imposto pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) para a área da educação.

O ato foi convocado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e tem adesão de entidades como a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e o CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

"Estamos indo de novo às ruas porque o dinheiro das universidades continua bloqueado. Vamos continuar reivindicando a verba da educação", diz Iago Montalvão, presidente da UNE.

Apesar de o desbloqueio ser a principal reivindicação dos estudantes, segundo Montalvão, pautas como a defesa da ciência e da autonomia universitária também fazem parte do ato.

Segundo ele, a UNE vê risco de privatização das universidades públicas por meio do

Future-se, programa do MEC que quer aumentar a captação de recursos privados nas universidades federais.

"O Future-se é um projeto que foi proposto sem o devido diálogo com a comunidade acadêmica e com propostas com as quais nós temos discordâncias. Ele inflama ainda mais essa mobilização", afirma.

Primeiro projeto do governo Bolsonaro para o ensino superior, o Future-se prevê a contratação de OSs (Organizações Sociais) para a gestão das universidades, atuando desde a administração financeira dessas instituições até no ensino.

Para a UNE, essa proposta representa um risco de privatização e de retirada da autonomia das universidades.

"Não ficou claro qual é o papel dessas OSs nas universidades e que tipo de gestão elas fariam. Nossa preocupação é que essas OSs tirem a autonomia universitária para criar uma administração paralela dentro das universidades", pontua Montalvão.

A entidade aposta na repercussão de declarações recentes de Bolsonaro como combustível para a adesão aos protestos de hoje. Exemplos disso, segundo Montalvão, seriam as falas do presidente sobre Fernando Santa Cruz, opositor do regime militar que foi morto durante a ditadura, e a demissão de Ricardo Galvão do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

"Quando ele fala do Fernando Santa Cruz, quando ele demite o Galvão do Inpe, são pautas que levantam preocupações em setores novos da sociedade. Essas pessoas podem vir agora para a rua pela primeira vez, inclusive", diz Montalvão.

Até as 17h de ontem, mais de 140 cidades haviam confirmado a realização de atos, segundo um levantamento da própria UNE.

Em Brasília, a Força Nacional foi autorizada a fazer a segurança dos entornos do prédio do MEC, na Esplanada dos Ministérios. A autorização consta de um decreto assinado na semana passada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

A UNE recorreu à Justiça para impedir a autorização, que defende ser ilegal.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Capex nega verba por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê." (Colaborou Marco Antonio Carvalho)

topo 

MEIO NORTE - PI - OPINIÃO

Educação a distância já tem 10 mil alunos

A educação a distância no Piauí vem mudando a realidade de quem tinha apenas um sonho de ter em mãos o diploma de um curso superior. A tecnologia está contribuindo para uma educação de qualidade, bem como para a universalização da educação superior no estado. Atualmente, são mais de 10 mil alunos beneficiados com os programas Universidade Aberta do Piauí (Uapi) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa é a modalidade de ensino que mais cresce no Piauí.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é o órgão mantenedor do ensino a distância no estado, no qual iniciou as atividades em 2007 em parceria com as instituições de ensino superior (IES) públicas, ofertando cursos de graduação para 10 polos. Com a Superintendência de Ensino Superior (Supes), a Seduc passou a planejar e construir

polos presenciais de EaD em mais municípios do Piauí. O Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) está em 155 municípios piauienses, sendo 120 destes no programa Uapi, ofertando o curso de Administração, e 35 no programa UAB, que oferta sete cursos de graduação e 13 de pós-graduação.

O Sistema UAB é um programa instituído pelo governo federal com a ideia de reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior, é de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e conta com 50 polos nos municípios piauienses. Desses, 37 são de responsabilidade da Seduc/Supes, como mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação; e 13 polos de responsabilidade de prefeituras/ Instituto Federal do Piauí (IFPI)/ Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Em 2019, estão sendo ofertados os cursos de História, Espanhol, Matemática, Administração Pública, Inglês, Português e Pedagogia. No Piauí, a dificuldade na disponibilidade de professor nos municípios do interior do estado impulsionou a iniciativa de proporcionar educação superior à população de locais distantes e isolados, assim a Uapi surgiu com a mesma proposta da UAB.

O secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, destaca que o Piauí é um dos estados que mais têm avançado na oferta da educação, seja ela na educação básica como também na educação de ensino superior. “O acesso escolar tem sido uma das frentes de trabalho prioritárias do governo Wellington Dias, que iniciou em 2003 um trabalho de expansão da oferta da educação no nosso estado e ações importantes foram implementadas.

O sistema da UAB, sozinho, não seria capaz de levar a universalização da oferta para todos os municípios, por isso foi institucionalizada a Uapi, em 2017, um programa genuinamente piauiense, mantido com recursos do Estado; um sistema que tem como grande objetivo universalizar a oferta de ensino superior nos municípios do Piauí, com a meta de fazer com que seja o primeiro estado brasileiro que tenha a oferta de fato de vestibular em cada um dos municípios”, falou Ellen Gera. (E.R.)

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Educação : Brasil se une na Bahia

A Bahia recebe, em Mata de São João, a partir de hoje, o 17º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Serão debatidos diversos assuntos em torno do tema “Qualidade da Educação: financiamento, gestão e aprendizagem”. Damos as boas-vindas aos participantes do fórum, ao mesmo tempo em que enfatizamos ser estratégico o fortalecimento da educação municipal para o governo da Bahia, cuja rede estadual de ensino soma 800 mil estudantes. Temos consciência de que os municípios, responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, estão na base da estrutura da Educação.

Eles respondem por 60% das 3.483.603 matrículas da educação básica da Bahia e são, em grande parte, responsáveis pela formação dos adolescentes que recebemos no ensino médio. É logo no início do ensino fundamental que temos um dos maiores desafios da Educação: é indispensável alfabetizarmos as crianças logo nos primeiros anos – os estudos demonstram alta correlação entre essa conquista e o sucesso escolar.

A conquista do sucesso educacional dos adolescentes no fundamental é indispensável para o desenvolvimento de um bom e incontornável ensino médio, a partir do qual os jovens estarão prontos para prosseguir, seja na universidade, seja no mundo do trabalho, o processo de educação ao longo da vida. Devemos ter equilíbrio para debater qual deve ser, na contemporaneidade, a participação do Estado na administração direta das escolas no fundamental. Ainda somos responsáveis por 22% das matrículas do fundamental (140.560). Consideramos que as participações dos estados na educação infantil e no ensino fundamental devem ocorrer, principalmente, via ações que fortaleçam os municípios por meio do regime de colaboração. Precisamos de união para melhorar a Educação, respeitando sempre a diversidade que é própria da nossa nação.

O Brasil precisa garantir a continuidade do ciclo virtuoso da Educação, iniciado com a redemocratização e intensificado pelos governos Lula e Dilma, quando conquistamos políticas fundamentais. Por isso, a determinação do estado da Bahia é se aproximar ao máximo dos municípios, de modo que, via regime de colaboração, possamos avançar na melhoria dos indicadores da educação básica. Só por meio da educação conseguiremos avançar em todos os setores fundamentais para a sociedade baiana. Só com a educação garantiremos o fortalecimento da autonomia social, política e cultural do nosso povo que tanto encanta o mundo e é, no Brasil de hoje, um dos grandes faróis para o futuro civilizatório do país.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Ato nacional paralisa educação em MT

Protesto foi convocado pela CNTE que entende que a educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal, como cortes financeiros que ameaçam o ensino, pesquisa e extensão

Profissionais e estudantes do sistema público de ensino de todo o país paralisam as atividades, hoje (13), em defesa da educação gratuita e de qualidade, da democracia, contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019) e o novo projeto “Future-se” lançado pelo governo Federal. Em Cuiabá, trabalhadores decidiram aderir ao movimento nacional convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e que vem sendo denominado “Tsunami da educação”.

Além da suspensão de todas as atividades, os docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) aprovaram a realização de uma oficina de cartazes na praça em frente ao Restaurante Universitário, a partir das 11h30. De lá, os manifestantes sairão em carreta até a Praça Alencastro, no Centro de Cuiabá, onde será realizado o ato unificado da greve nacional, marcado para às 14 horas. O sindicato disponibilizará ônibus aos interessados em participar. A adesão ao movimento foi decidida em assembleia geral realizada no último dia 06 de agosto, na Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat).

Durante o encontro e a análise da conjuntura atual, os docentes refletiram sobre os motivos que levaram parte da sociedade a acreditar que direitos conquistados pelos trabalhadores, a partir de lutas históricas, apareçam, agora, como suposto privilégio e lamentaram que, pela primeira vez na história do país, pessoas tenham tido a disposição de ir às ruas atacar a educação, como ocorreu dia 26 maio passado.

De acordo com informações da assessoria de imprensa da Adufmat, outro ponto de destaque da assembleia foi o debate sobre democracia, autonomia e universidade, tanto

interna quanto externamente. Nesse sentido, os presentes ressaltaram que é preciso retomar e divulgar o caderno 2 do Sindicato Nacional (Andes), no qual a entidade apresenta sua proposta para a universidade brasileira pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

“Além disso, os professores demonstraram a leitura de que, com a imposição do ‘Future-se’, em breve os docentes também enfrentarão problemas como os que atingem os trabalhadores terceirizados da universidade, como atrasos salariais, remunerações extremamente baixas e condições ainda mais precarizadas. Vale ressaltar que a proposta apresentada pelo Ministério da Educação prevê a contratação de professores via organização social (OS), e não mais concursos públicos”, informou. O “Future-se” é um programa apresentado recentemente pelo Ministério da Educação (Mec) e está sob consulta pública. Os cidadãos que pretendem contribuir com o programa têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões.

Trabalhadores da Universidade de Mato Grosso (Unemat) também prometem engrossar o movimento paredista. No último dia 09, os professores da Unemat decidiram em assembleia geral extraordinária, realizada, em Cáceres, pela adesão à greve. Na oportunidade, os docentes também aprovaram a orientação do sindicato de promover a mobilização para atividades nos campi da universidade, com flexibilidade para cada subseção promover sua programação de forma autônoma.

Para a presidente do Sindicato dos Docentes da Unemat (Adunemat), Sílvia Nunes, “a adesão da greve é fundamental para a categoria dos docentes, considerando o desenfreado desmonte da educação pública promovido pelo atual governo e, que promove a passos curtos o desmonte também da previdência social, por meio da nefasta reforma da Previdência. Além do ataque à democracia que tem tomado proporções imensuráveis”.

Entendimento semelhante tem os trabalhadores da rede estadual de ensino, que encerram na última sexta-feira (16) pela suspensão da maior greve já registrada em Mato Grosso. Após 75 dias com as atividades paradas, eles retomam às salas de aulas nesta quarta-feira (14), mas hoje integram o ato nacional em defesa da educação pública e da aposentadoria. “O ataque à educação feito pelo projeto nacional compromete a educação nas redes municipais, além do ensino superior”, disse, por meio da assessoria de imprensa, o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes.

Em manifesto divulgado em sua página, a CNTE aponta que a educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal, como cortes financeiros que ameaçam o tripé da universidade brasileira (ensino, pesquisa e extensão), desvalorização do trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades, perseguição a professores e cientistas. Tudo isso, apesar do papel estratégico das instituições de ensino para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, assim como para a formação de qualidade e a oferta de serviços necessários para a sociedade brasileira, o atual governo escolheu a universidade como inimiga de sua gestão.

“É importante ressaltar que os cortes nos orçamentos das universidades atingem não apenas o ensino, mas também o desenvolvimento científico de pesquisas que, por exemplo, contribuem para o descobrimento de vacinas, medicamentos e a produção de

alimentos, assim como a extensão da universidade, por meio da qual estudantes, professores e técnicos prestam serviços para as comunidades (por exemplo, hospitais universitários e escolas)”, frisa.

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Educação faz greve geral

Os profissionais da Educação, das esferas municipal, estadual e federal, fazem, a partir da meia-noite de hoje, uma greve geral, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades e da população para as reivindicações da categoria, como o reajuste salarial — que no estado não ocorre há cinco anos —, a recomposição dos investimentos na área por parte do governo e a valorização dos servidores.

Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe-RJ), o objetivo é denunciar os recentes cortes do Ministério da Educação (MEC) e a reforma da Previdência que, para o sindicato, ameaça a aposentadoria dos trabalhadores. Haverá atividades em ruas e praças da capital e de diversos municípios, com aulas públicas, distribuição de panfletos e abaixo-assinados. Na cidade do Rio, a categoria pretende fazer um ato em frente à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), no Centro, na parte da tarde, e vai caminhar até a igreja da Candelária.

topo ↕

A TARDE ON LINE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito

moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A

proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

CGN - PR - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso

não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

CONTEXTO EXATO - TEMPO REAL

**Com início do semestre letivo, UnB volta às aulas em meio a incertezas
Termo específico do contingenciamento impacta diretamente no Hospital
Veterinário em relação ao ensino, pesquisa e extensão**

A incerteza com relação ao futuro marca a vida acadêmica dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que começam o curso ou retornam às aulas a partir de hoje. Desde que a instituição de ensino superior sofreu bloqueio de 30% na verba federal, projetos e contratos correm risco de rompimento nos próximos meses. São R\$ 48,5 milhões retidos desde abril. Para arcar com as despesas, a universidade depende da arrecadação própria, mas a quantia fica restrita a um teto orçamentário.

Com o esgotamento dos recursos, a administração da universidade busca sensibilizar o Ministério da Educação (MEC) o Congresso para que recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam liberados. "É de extrema importância para garantir o pleno funcionamento da UnB", informou, por meio de nota oficial, a instituição. "Não há, entretanto, prejuízo ao calendário acadêmico, tampouco a áreas acadêmicas específicas", afirma o texto.

Recém-aprovado no curso de línguas estrangeiras aplicadas, Ítalo Henrique Ivo, 18 anos, está apreensivo em relação ao destino da Universidade. Ele ingressou na UnB por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e acredita que cursos considerados "menos valorizados" serão os mais impactados. "É algo que nos deixa preocupados. Principalmente quem está entrando agora. Como nunca estudei lá, não sei quais diferenças serão mais marcantes, mas, com um corte de 30%, provavelmente o semestre será pior", comenta.

O jovem avalia que os calouros não receberam informações da universidade sobre a situação financeira. Ítalo também revela que não via esse cenário como algo possível.

"Sempre tive expectativas muito boas em relação à universidade pública. Entrar nela é o sonho de muita gente. Pode ser que, mais para frente, as coisas voltem ao normal. Só espero que não mudem muita coisa e que possamos ter uma educação de qualidade", completa o estudante.

“Balbúrdia”

Assim como Ítalo, 4.339 calouros iniciam a trajetória na UnB em um dos 132 cursos de graduação oferecidos nos quatro campi da instituição — Darcy Ribeiro (Asa Norte), Ceilândia, Gama e Planaltina. Outros 39.610 graduandos retornam às aulas neste segunda-feira. Apesar de o cronograma semestral não ter sofrido alterações devido ao contingenciamento, os estudantes podem enfrentar efeitos dos cortes já em setembro.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, afirma que, sem a flexibilização do governo, não será possível renovar contratos, como o de limpeza e o de segurança, nem pagar contas de luz e água. “Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los”, alertou Márcia, em entrevista ao programa CB.Poder na última segunda-feira.

Em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a reitora apresentou dados com o objetivo de refutar a justificativa para os bloqueios orçamentários por motivo de “balbúrdia”. “De acordo com o (ranking universitário internacional) Times Higher Education, somos a 15ª melhor universidade da América Latina. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos”, alegou. No entanto, não há sinalização de reversão do quadro.

Limitações

Termos específicos do contingenciamento de 30% interferiram diretamente sobre determinadas áreas da UnB, como nas de capacitação técnica e nos investimentos de recursos para o Hospital Veterinário (Hvet). Diretor da unidade de saúde, Jair Costa explica que o Hvet depende de verba repassada diretamente pelo MEC e que, por isso, também sofreu corte de 30%.

Segundo ele, apesar de o hospital contar com recursos provenientes de arrecadação própria, há um teto para os gastos desses valores. O restante é devolvido ao Governo Federal. “O contingenciamento está colocando em

xeque nosso planejamento para o ano e nos obriga a remanejar e a economizar muita coisa, para que não falte nada no hospital. Ele impacta no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ano que vem, temos uma preocupação muito grande de não só saber se o recurso vai vir contingenciado, como se ele virá”, pondera Jair.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Formatura

Perto de terminar o curso, a graduanda de odontologia Amanda Queiroz, 24, lida com as limitações financeiras até durante o planejamento da colação de grau. Integrante da comissão de formatura, ela e os colegas precisaram agendar e pagar alguns dos custos do evento, como cerimonial, equipe de limpeza e telão, uma vez que a organização foi descentralizada para cada faculdade, o que gerou dificuldades na marcação das datas e na solicitação de serviços.

No entanto, o que mais preocupa a futura odontóloga é a mensagem “deturpada” usada para justificar o contingenciamento. “É muito triste ver o governo cortando verba de um lugar que está educando pessoas para melhorar o Brasil. Essa ‘balbúrdia’ não existe. O que existe são pessoas defendendo ideologias, os estudos e lutando por um ambiente e por um futuro melhor. O que existe é uma instituição que está buscando educar pessoas para crescerem e serem profissionais capacitados”, argumenta Amanda.

A UnB informou, em nota, que o novo modelo de organização das colações de grau permite que as unidades acadêmicas tenham mais autonomia para escolha do formato das solenidades. Após determinação do Governo Federal para terceirização do cerimonial, a instituição de ensino abriu licitação para contratação de empresa que fique responsável pelo serviço. “A colação é um ato oficial, realizado em sessão solene e pública para a outorga de grau aos formados que concluíram um dos cursos superiores da Universidade de Brasília. É uma cerimônia tradicional e gratuita. Eventos comemorativos associados à formatura (como bailes, viagens ou outros) não são de responsabilidade da universidade”, destaca o texto.

Calendário

12 de agosto

- Primeiro dia de aulas

14 e 15 de agosto

- #InspiraUnB (evento de recepção dos calouros, no Darcy Ribeiro)

10 de dezembro

- Último dia de aulas

14 de dezembro

- Divulgação de notas e percentuais de faltas

Campi em números

132

cursos

4.339

calouros ingressando na UnB

39.610

estudantes da graduação

2.836

docentes em exercício

3.171

técnicos administrativos

90

cursos de mestrado

4.950

alunos de mestrado

69

cursos de doutorado

4.033

estudantes de doutorado

topo 

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

[topo](#)

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados,

por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até

R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

DIÁRIO DO SUDOESTE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo

programa de apoio a eventos da **Capex**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capex** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capex** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capex** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capex** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

[topo](#)

ESHOJE - GERAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

ESTADO DE MINAS ONLINE - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

FOLHA DA REGIÃO - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo 

FOLHA DE LONDRINA - PR - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade

Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

FOLHA DE VALINHOS - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-

Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

JORNAL DO OESTE - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

[topo](#) ↕

MSN - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capex** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é

feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

O LIBERAL – SP - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve

apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre

Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão do Ministério da

Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

REPÓRTER DIÁRIO - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância

Um dos setores mais pressionados pelo governo Bolsonaro, o Ensino Superior tem a difícil missão de repensar seu futuro e dialogar com a sociedade

Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas.” A afirmação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em 30 de abril, veio acompanhada de retaliação: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) tiveram 30% do orçamento previsto para o ano bloqueado para despesas consideradas não obrigatórias, que vão do pagamento de bolsas a contas de luz.

Segundo o ministro, as universidades mencionadas promoveram eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas. Depois da repercussão negativa da medida, que motivou uma ação civil pública do Ministério Público Federal pelos danos causados à honra, à imagem pública e à liberdade de expressão de professores e estudantes, Weintraub estendeu o contingenciamento a todos os institutos e universidades federais do país. A redução chega a R\$ 2,5 bilhões.

No início de maio, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** — fundação do Ministério da Educação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil — anunciou o corte de quase 5 mil bolsas de pesquisa, alegando que estavam “ociosas” no mês de abril. A medida foi criticada pelas universidades, uma vez que as bolsas eram de estudantes que tinham defendido suas dissertações e teses recentemente, e seriam repassadas para as novas turmas selecionadas. Os programas com conceito **Capes** 6 e 7 (nota máxima) conseguiram reverter os cortes e, ao todo, cerca de 3,5 mil bolsas foram cortadas. Em junho, os programas avaliados com duas notas 3 consecutivas, ou que foram rebaixados do conceito 4 para 3 na última avaliação, sofreram novos cortes, e perderam mais de 2,7 mil bolsas. Os programas com nota 4 devem ser os afetados em julho.

A educação superior é um dos setores mais pressionados no governo Bolsonaro. O primeiro ministro a assumir a pasta, Ricardo Vélez, deixou o cargo após adotar uma série de posturas polêmicas, dentre elas a de afirmar que “as universidades deveriam ficar restritas a uma elite intelectual”. Weintraub, que assumiu em 8 de abril, não é menos polêmico. Primeiro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em seu perfil no Twitter, que “o ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”, e que “o objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Logo depois, vieram as alegações de balbúrdia e o contingenciamento.

A trincheira da educação está mais acirrada do que qualquer outra. Dois protestos tomaram as ruas do país em um intervalo de apenas 15 dias. Em 15 de maio, a greve do setor levou centenas de milhares de manifestantes às ruas em mais de 200 municípios. Em 30 de maio, um novo protesto. Mais de cem municípios tiveram atos em defesa da educação. No Twitter, a hashtag #MinhaPesquisaMinhaBalbúrdia fez pesquisadores compartilharem seus estudos e os resultados que já alcançaram.

A mobilização também tem ocorrido dentro do Congresso Nacional. A Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, criada em 2013, foi reativada neste ano. Conta com a participação de cerca de 200 parlamentares, das mais diversas

bancadas. Uma das integrantes é a deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), linguista e professora universitária que já foi reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Segundo ela, os conflitos políticos sempre foram uma constante na história das universidades — nos governos Lula e Dilma, por exemplo, houve inúmeras greves. Mas ela aponta algumas diferenças nas disputas que o setor precisa enfrentar hoje. “As universidades são espaços de insurgência, a crítica é um traço fundamental na história delas. Fui reitora quando o Paulo Renato era ministro [de Fernando Henrique Cardoso], e era difícil, ele sempre tratou as universidades como se fossem ineficientes. Conflito político com o MEC não é novidade; novidade é o MEC fazer guerra com as universidades. Novidade é contingenciamento vir com uma declaração de guerra”, diz.

O pesquisador Pedro Mazza, 26 anos, doutorando em Zootecnia na UFBA, é um dos afetados pelos cortes. A partir de janeiro do ano que vem, vai fazer estudos *in vitro* na Universidade de Nevada (EUA) para verificar como o organismo de ruminantes se comporta quando submetido a uma dieta com menos proteínas. Sua hipótese de pesquisa é a de que a alimentação do gado brasileiro, por tomar como parâmetro normas internacionais, é mais rica em proteínas do que o necessário — e esse é um dos componentes que mais encarecem a ração. “Eu dependo desse intercâmbio para fazer minha pesquisa. Aqui no Brasil, deveria estar fazendo as análises em campo desde janeiro, mas até agora a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) não liberou as verbas previstas para aquisição dos animais e dos materiais necessários”, conta.

Mazza tinha conseguido aprovação para passar 12 meses nos EUA, mas, com os cortes no programa de internacionalização **Capes PrInt**, tudo mudou. Dos 96 alunos selecionados da UFBA, alguns precisariam ser eliminados. Para evitar a exclusão, porém, os estudantes chegaram a uma solução com a pró-reitoria de pós-graduação: cada um vai passar menos tempo no exterior para que todos possam fazer o intercâmbio. Agora, Mazza terá nove meses nos Estados Unidos. “Nesse tempo, não consigo nem acompanhar a lactação inteira de uma vaca. Eu poderia entrar com recurso, mas preferi abrir mão de um trimestre de pesquisa pensando no coletivo”, diz.

A pesquisa de Mazza tem sido feita a trancos e barrancos desde o começo. Ele foi o primeiro colocado na seleção do programa, mas precisou fazer os dez meses iniciais da pesquisa sem bolsa, porque não havia nenhuma disponível. “Eu só consegui me manter pesquisando porque moro na casa dos meus pais [em Salvador]. Se não tivesse esse suporte, teria desistido”, afirma. Ele também trabalha com um grupo de pesquisadores no Laboratório de Análise de Nutrição Animal da UFBA. Sem remuneração.

Ainda é comum a percepção de que a universidade pública é um ambiente de elite. Mas, na verdade, o perfil socioeconômico dos estudantes mudou radicalmente nos últimos anos. A 5ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Graduandos das Universidades Federais, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e divulgada neste ano, mostrou que, em 2018, 70% dos alunos de graduação em universidades federais vinham de famílias cuja renda é de, no máximo, um salário mínimo e meio per capita (menos de R\$ 1.500 por mês, por pessoa). Essa realidade é equivalente à da média das famílias brasileiras, que contam com uma renda mensal de R\$ 1.400 per capita, segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE).

A cor da universidade também não é mais a mesma. De acordo com a pesquisa da Andifes, 51,2% dos estudantes são pretos ou pardos e 43,3% são brancos. Cerca de metade dos alunos também já é de cotistas, e mais de 60% cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas (veja gráficos na próxima página).

A expansão das universidades federais nos últimos anos foi acelerada. Segundo o levantamento da Andifes, em 2002 havia 148 campi universitários federais no país; em 2017, eram 408, um aumento de 175% em 15 anos. A evolução no número de matrículas também é expressiva. Em 2002, 500 mil pessoas faziam cursos de graduação em universidades federais. Hoje, são mais de 1,1 milhão. Uma transformação dessa magnitude só foi possível graças a um aumento significativo do investimento e à criação de políticas para acesso mais igualitário.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), responsável pela aplicação de recursos para o que se chama de “permanência”, com o pagamento de auxílio-moradia para estudantes de baixa renda que não vivem nas cidades onde estudam, por exemplo, nasceu em 2008. Já em 2012, foi criada a Lei de Cotas para o Ensino Superior, que exigiu a reserva de 50% das vagas em universidades federais para alunos de escolas públicas.

Para o ex-presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte, reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, todo esse esforço envolvido teve — e terá — um impacto significativo no desenvolvimento nacional. “Talvez ainda não estejamos colhendo os frutos de maneira tão perceptível hoje, mas, em breve, vamos reconhecer a mobilidade social que essas políticas proporcionaram. Esses estudantes que estão hoje no ensino superior serão promotores de uma nova era em suas próprias famílias e, no futuro, teremos outro espectro de composição social em função da mobilidade proporcionada”, diz.

No Brasil, 18% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. A meta, no Plano Nacional de Educação, é de que o país chegue a 2024 com 33% dos jovens matriculados em uma graduação — para isso, há uma longa estrada pela frente. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada, em sua maioria, por países desenvolvidos, a média de pessoas entre 24 e 35 anos com formação superior é de 45%. A nossa é de 16%. Para atingir esse patamar, seria necessário ampliar os investimentos. Hoje, o Brasil investe US\$ 14,3 mil por ano por estudante, valor próximo dos US\$ 15,7 mil gastos pelos países da OCDE. A diferença é que esses países já têm uma estrutura consolidada — tanto pública quanto privada —, enquanto a nossa está em expansão.

Já no Brasil, a importância das universidades públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país é indiscutível. Um levantamento feito neste ano pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito, revelou que, dos estudos publicados pelas cem instituições de ensino superior do país nos últimos cinco anos, mais de 95% eram de universidades públicas. A participação delas na inovação também é extremamente relevante: de acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), das dez organizações brasileiras que mais depositaram pedidos de patentes de invenção em 2018, nove eram universidades.

Em comparação com outras nações, o Brasil também não vai mal: somos o 13º país com mais publicações no mundo — à frente de países como a Rússia e logo atrás da Coreia do Sul —, tendo adicionado, entre 2011 e 2016, mais de 250 mil artigos publicados em periódicos à plataforma Web of Science — referência na catalogação e divulgação de pesquisas em todo o mundo por contar com mais de 20 mil revistas científicas em seu catálogo.

Já em rankings internacionais que medem a qualidade do ensino superior, o Brasil não figura tão bem. Na avaliação de 2019 do Times Higher Education, a instituição nacional mais bem colocada é a Universidade de São Paulo (USP), figurando entre as 250 e 300 universidades mais bem avaliadas do mundo. Segundo a pesquisadora e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Sabine Righetti, que também é coordenadora acadêmica do Ranking Universitário Folha, esses rankings não conseguem refletir a qualidade das universidades brasileiras.

“Os critérios favorecem muito os anglo-saxões; quem não publica tanto em inglês, não vai ser tão bem avaliado em termos de impacto porque, conseqüentemente, vai conseguir menos citações. A internacionalização também é um critério de avaliação, e é claro que universidades que têm oferta de cursos em língua inglesa vão receber mais estudantes de fora. Além disso, nós temos outros problemas para atrair intercambistas que nada têm a ver com a universidade, como os altos índices de violência e de pobreza, que são fatores de repulsa”, diz Righetti. Para a pesquisadora, é importante também colocar nossa trajetória em perspectiva quando nos comparamos com outros países. “É claro que podemos melhorar nesses rankings, mas isso não quer dizer que estamos mal. Ali estamos concorrendo com universidades seculares. O ensino superior do Brasil ainda está engatinhando.”

A crise não atinge somente as universidades públicas. No Brasil, as instituições de ensino particulares abarcam 71% dos 6,5 milhões de matriculados em cursos de graduação presenciais, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do MEC. Quando o assunto é educação a distância, esse número sobe: ao todo, dos 8,3 milhões de alunos de graduação no país, 6,2 milhões estão estudando em particulares. E o setor tem suas dificuldades. Entre 2015 e 2017, o mercado particular perdeu 175,5 mil matrículas presenciais, conforme relatório da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Para conseguir continuar crescendo, o segmento investiu na expansão do ensino a distância — que, no mesmo período, ganhou quase 325 mil matrículas. Essa mudança de abordagem conseguiu garantir tanto um respiro para as empresas do setor quanto o acesso de muitos estudantes ao ensino superior, que não poderiam chegar a esse nível de formação sem uma opção mais em conta. No EAD, 90% dos estudantes pagam mensalidade de até R\$ 200. Nos cursos presenciais, os alunos pagam bem mais: 22% pagam entre R\$ 200 e R\$ 800; 53% pagam de R\$ 800 a R\$ 1.600.

Somada à crise econômica e ao desemprego que acomete os brasileiros está também a maior dificuldade de acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que foi reformulado em 2018. “Com as mudanças no Fies, o programa perdeu muito seu caráter social, porque virou um financiamento bancário. No seu auge, ele permitiu uma

inclusão fenomenal. Das 100 mil vagas que são oferecidas com juro zero, apenas 38 mil estão preenchidas. Os critérios estão muito mais rigorosos”, diz o diretor-presidente da ABMES, Celso Niskier. “Como solução, muitas instituições particulares estão criando formas próprias de financiamento, oferecendo alternativas mais acessíveis para jovens que estão no momento crítico da vida, em que têm altíssimo potencial, mas não converteram isso em renda ainda.”

E essa não é uma dura realidade apenas no Brasil. Nos Estados Unidos, os jovens estão completamente afogados em dívidas de financiamentos estudantis. De acordo com levantamento do College Board, cada recém-formado norte-americano deve, em média, R\$ 112 mil — e o montante de dívidas no país chega a R\$ 6 trilhões.

Se antigamente ter um diploma de ensino superior era sinônimo de colocação no mercado de trabalho e futuro brilhante, agora, sem dúvidas, as taxas de empregabilidade já começam a afetar a forma como a população jovem se relaciona com o ensino superior. Uma pesquisa de 2018 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que 44,2% dos jovens que concluíram o ensino superior não estão trabalhando em suas áreas de formação porque faltam vagas para receber essa mão de obra qualificada. Resultado: essas pessoas estão ganhando salários incompatíveis com sua formação. Hoje, um trabalhador que atua na área ganha, em média, R\$ 5.700 por mês; o salário do que não atua cai para R\$ 3.200. Não à toa, como revela o 8º Mapa do Ensino Superior, o índice de evasão na rede privada chegou a 30% no ano passado; na pública, foi de 18,5%.

O problema, definitivamente, não é o número excessivo de graduandos, e sim a falta de capacidade do país de gerar empregos. Segundo a professora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil está muito atrasado no ensino superior quando levamos em conta o tamanho da economia do país e as perspectivas de futuro. “O Brasil é a nona maior economia do mundo. É urgente aumentar a população universitária, especialmente no contexto dessa quarta revolução industrial, em que a automação e a inteligência artificial vão exigir competências cada vez mais sofisticadas. Formar as pessoas apenas com a educação básica não é mais suficiente”, diz.

reparar a população para esse futuro não exige nada de outro mundo. Um estudo publicado pela Economist Intelligence Unit, intitulado Worldwide Educating for the Future Index 2018, mostrou que as bases para o sucesso são: formação continuada dos professores; flexibilidade para adaptar os currículos; manutenção de valores como diversidade e tolerância. A base é aproximar a vivência universitária do que o mundo exige na prática.

Para Costin, alguns países têm experiências interessantes nesse aspecto. “No Brasil, não temos uma política forte de primeiro emprego. A Alemanha, por exemplo, tem um modelo dual de educação. Quando os estudantes fazem um ensino médio técnico, passam parte do dia na escola, parte do dia em uma empresa. Isso aumenta não só a empregabilidade mas a capacidade de formar profissionais que atendam melhor às demandas do mercado de trabalho.” Ela ressalta que, no Brasil, também não faltam exemplos de sucesso. “O que precisamos é aprender a dar escala a essas experiências. Educação exige esforço, ação coordenada, equipe técnica. Não dá para jogar para a plateia.”

Acompanha tudo da GALILEU? Agora você pode ler as edições e matérias exclusivas no Globo Mais, o app com conteúdo para todos os momentos do seu dia. Baixe agora!

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Programa Marca envia 42 estudantes brasileiros a países da América Latina

Oportunidade de melhorar a proficiência em língua espanhola, viver uma outra cultura e se envolver em projetos de pesquisa na área de conhecimentos dos seus cursos. A cada ano, estudantes brasileiros fazem as malas para a experiência de intercâmbio estudantil em países da América Latina no âmbito do Mercosul Educacional.

Para o início do atual semestre letivo, 42 estudantes brasileiros foram selecionados pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), do Ministério da Educação e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A Argentina foi o principal destino dos estudantes: 23 escolheram estudar no país. Uruguai, Bolívia, Paraguai e Colômbia foram outros lugares de destino.

Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em Campos Leopoldo (RS), Arthur Fidelix Ferrari fará intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. “Espero obter novas visões e maneiras de pensar a arquitetura pela América Latina”, disse o estudante de 22 anos.

Bruna Henriques da Silveira, 23 anos, cumprirá o intercâmbio na Universidad Nacional de San Juan, na Argentina. “Uma mobilidade onde se juntam cultura, estudo e outro idioma transforma a vida de uma pessoa”, afirmou a estudante, que cursa Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

Desde 2008, o Programa Marca já possibilitou a ida de 698 estudantes brasileiros a países latino-americanos. Em contrapartida, 745 alunos dos países vizinhos vieram estudar em universidades brasileiras. O período de cinco meses de estudo no exterior é custeado por ambos os países.

O Programa Marca objetiva melhorar a qualidade acadêmica por meio de sistemas de avaliação e acreditação de cursos. Para além do intercâmbio de estudantes, um coordenador em cada instituição fica responsável por orientar e acompanhar as atividades de estudo e pesquisa dos alunos.

Para mais informações sobre a mobilidade acadêmica regional, acesse a página do Programa Marca.

Rovênia Amorim, do Portal MEC

topo ↕

TRIBUNA DO INTERIOR - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre

Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Brasileiros são destaque em Olimpíada Internacional de Astronomia

Delegação conquista três medalhas de bronze e duas menções honrosas

Estudantes brasileiros conquistaram três medalhas e duas menções honrosas na 13ª Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica (IOAA, na sigla em inglês), O

evento, ocorrido em Keszthely, na Hungria, entre os dias 2 e 10 deste mês, contou com a participação de 254 estudantes de 47 países – número recorde de delegações.

A maratona olímpica abrangeu provas teóricas, práticas e de análise de dados. As três medalhas de bronze foram conquistadas por Raul Basilides Gomes (17), de Fortaleza, Giovanna Giroto (16) e Luã de Souza Santos (17), ambos de São Paulo. Já as menções honrosas foram para Bruna Junqueira de Almeida (16) e Lucas Shoji (16) – os dois, também de São Paulo.

Esta foi a edição com maior número de meninas inscritas, selecionadas entre mais de 100 mil participantes da prova de nível 4 da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) em 2018. Deste total, cerca de 5.300 fizeram três provas na fase online da seleção.

Foram então classificados 150 estudantes para as provas presenciais, e os 30 melhores passaram por dois treinamentos classificatórios, para, enfim, ser escolhida a equipe – que passou por mais uma semana de treinamento intensivo com astrônomos em Vinhedo, São Paulo, durante o primeiro semestre deste ano.

A delegação foi liderada pelos astrônomos Eugênio Reis, do Observatório Nacional, e Júlio César Klafke, da Universidade Paulista (Unip). Destinada a alunos dos ensinos fundamental e médio, a OBA é realizada por astrônomos membros da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Unip,

A 22ª edição registrou número recorde de participantes: 883.811 estudantes de 9.957 escolas públicas e particulares de todos os estados do país e o Distrito Federal. A Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica contou com o apoio de mais de 61.959 professores.

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Escolas podem enviar material para a Olimpíada de Língua Portuguesa

Podem concorrer estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública.

Prazo vai até 19 de agosto

Os diretores de escolas da rede pública podem indicar, a partir desta segunda-feira (12/8), os melhores textos e documentários produzidos por estudantes do 5º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio, para concorrer na 6ª Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP). Com o tema "O lugar onde vivo", a edição deste ano conta com mais de 170 mil inscrições. O envio do material deve ser feito até a próxima segunda-feira (19/8) pelo site do programa Escrevendo o Futuro. Para sanar as dúvidas de como enviar as produções, o site fez um vídeo tutorial mostrando todos os passos

Estão representadas no concurso mais de 42 mil escolas em quase 4.900 municípios brasileiros. As categorias são poema, memórias, crônica, artigo de opinião e, pela primeira vez, documentário, para alunos da 1ª e 2ª séries do ensino médio. As melhores produções, que serão selecionadas por estado, participarão de cinco encontros — um para cada categoria —, que, este ano, ocorrerão em São Paulo.

Saiba mais

Sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e

Ação Comunitária (Cenpec), a OLP é fruto de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Itaú Social. O objetivo é apoiar os professores da rede pública no aprimoramento das práticas de ensino de leitura e escrita organizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Itaú Social. A partir da metodologia do programa Escrevendo o Futuro, os professores promovem oficinas de produção de texto com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do ensino médio.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

A nota dos Reitores do Rio sobre o programa Future-se

Transcrevo abaixo a nota das Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro sobre a consulta pública do programa Future-se.

O Ministério da Educação apresentou para consulta pública o programa Future-se, que teria como objetivo o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Algumas premissas devem ser consideradas cláusulas pétreas que antecedem a possibilidade de adesão a esse ou qualquer outro programa:

- 1) garantia da autonomia universitária estabelecida pelo artigo 207 da Constituição brasileira;
- 2) contratação exclusivamente através de concursos públicos para as atividades-fim das Ifes;
- 3) financiamento público federal do ensino superior e manutenção da gratuidade.

As universidades e institutos federais do estado do Rio de Janeiro são autarquias federais com a prerrogativa do autogoverno e que têm autonomia didática, administrativa e de gestão financeira. A autonomia das Ifes está prevista na Constituição Federal com a finalidade de garantir que o pensamento crítico e a produção científica nacional estejam protegidos de ingerências externas, inclusive governamentais.

Essas preocupações se fundamentam no fato de o programa Future-se prever a contratação de Organizações Sociais, cuja finalidade é a redução do tamanho do Estado mediante a transferência de certas atividades para o chamado “terceiro setor”. A educação superior deve ser mantida pública e gratuita, pois o desenvolvimento científico e tecnológico promovido pelas instituições de ensino superior elevou o Brasil a patamares competitivos internacionalmente nas diferentes áreas do conhecimento.

A proposta foi elaborada em contexto de grave restrição orçamentária das Ifes, que correm risco real de interrupção das atividades acadêmicas neste segundo semestre de 2019. É, portanto, fundamental discutir profundamente o modelo de financiamento do ensino superior. São positivas as ideias de expandir o orçamento para além do teto de gastos e o investimento em pesquisa, inovação e internacionalização. No entanto, até o momento não há informações suficientes para avaliar, em detalhes, os impactos orçamentários do Future-se, principalmente no curto prazo, nem tão pouco seus impactos e riscos no médio e longo prazos.

É preocupante que o Future-se não contemple nenhuma proposta para garantir a maior inclusão e assistência estudantil. É fundamental que toda a comunidade das instituições

de ensino superior conheça a minuta do Projeto de Lei divulgada pelo MEC.

Neste texto, teceremos uma análise, ainda preliminar, sobre três aspectos do programa: método de elaboração, detalhamento e conteúdo.

Método de elaboração

O Future-se pegou de surpresa todos os reitores das Instituições Federais de Ensino Superior. Em reuniões com os reitores, foi mencionado que estava sendo preparado um plano para as Ifes. O MEC nos convidou para uma exposição de linhas gerais do projeto na terça-feira, dia 16 de julho. Todavia, em nenhum momento os reitores foram convocados para contribuir com a formulação do conteúdo do texto. Como representantes legítimos de nossas comunidades e no exercício de mandatos de responsabilidade intergeracionais, estamos sempre prontos a contribuir para o futuro da educação superior no Brasil.

Detalhamento

Como o Future-se tem um caráter de reforma estruturante, seria necessário que se preparasse um documento sólido para ser debatido na consulta pública e pelo tempo necessário à construção de consensos mínimos. Porém, um dos principais aspectos do documento é a falta de definição dos principais contornos das medidas a serem tomadas. Além disso, o Projeto de Lei contém divergências ou é omissivo sobre várias medidas que foram apresentadas pelo MEC durante entrevistas coletivas.

Podemos ressaltar, por exemplo, o papel das Organizações Sociais e do Comitê Gestor no “apoio” aos três eixos do Future-se, a saber:

- 1) gestão, governança e empreendedorismo,
- 2) pesquisa e inovação e
- 3) internacionalização.

Em momento algum, detalham-se quem serão os membros e como esses grupos seriam incorporados à atual estrutura administrativa das Ifes.

A proposta tem aspecto de uma carta branca para que um órgão externo às Ifes, composto por membros ainda desconhecidos, e sem necessidade de licitação pública intervenha não somente na gestão, mas nas políticas acadêmicas do ensino superior, o que pode configurar um atentado ao princípio constitucional da autonomia das Ifes.

Conteúdo

A falta de detalhamento é um empecilho à avaliação pormenorizada. Contudo, fica evidente a ausência de definição de políticas educacionais, mesmo aquelas que já deveriam estar alinhadas ao Plano Nacional de Educação aprovado por unanimidade no congresso nacional. O projeto faz uso de linguagem do mercado financeiro sobre a criação de fundos de investimento, direito de nomeação, cessão de imóveis públicos, entre outros, sem oferecer detalhes sobre responsabilidades, riscos e outras condições.

Apesar de a base do programa ser focada em medidas financeiras e administrativas, não foi apresentada nenhuma perspectiva real de aumento no investimento das Ifes no curto ou médio prazos. Não está claro se o MEC objetiva criar uma composição orçamentária em que as Ifes seriam encarregadas de levantar um percentual fixo de seu custeio, eximindo o Estado de sua responsabilidade, o que é perverso para o desenvolvimento socioeconômico da nação.

Diante do exposto, reafirmamos nossa disposição de debater toda e qualquer proposta para a universidade brasileira, sempre guiados pelos princípios constitucionais e republicanos, com responsabilidade não somente com os novos tempos, mas também com a vida presente de nossas instituições.

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da UFF;

Carlos Henrique Figueiredo Alves, diretor-geral do Cefet/RJ;

Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ;

Jefferson Manhães de Azevedo, reitor do IFF;

Rafael Barreto Almada, reitor do IFRJ;

Ricardo Luiz Louro Berbara, reitor da UFRRJ

Ricardo Silva Cardoso, reitor da UniRio.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Estados começam a aderir ao novo formato de ensino médio, que terá currículo flexível

Desafio é implementar os cinco caminhos pelos quais os alunos escolherão os conteúdos a estudar; CE, ES, MG e RS já fazem testes em escolas-piloto

RIO — O novo formato do ensino médio, criado a partir de uma medida provisória em 2017 e que deve ser implementado por todas as escolas do país até 2021, começa a ganhar forma em alguns estados.

Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais já possuem algumas diretrizes de como se darão as mudanças e vão testá-las em "escolas-piloto", que recebem (ou deveriam receber) verba federal de um programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio.

O modelo para todo o país prevê, como pilares, ampliação da carga horária e flexibilização do currículo — com disciplinas eletivas e itinerários formativos (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). A partir disso, cada estado vai adequar à sua própria realidade.

No Espírito Santo, o governo dividiu o estado entre a Região Metropolitana, onde há maior concentração de escolas, e o interior, onde as cidades, em geral, têm apenas um colégio de ensino médio.

— Onde temos mais de uma unidade de ensino, prevemos agrupá-las. Nesse modelo,

cada uma vai oferecer um itinerário, e o aluno se desloca entre elas num raio limitado. Em cada um desses grupos haverá um colégio vocacionado para o ensino técnico, que é nossa prioridade — afirma Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação.

No interior, duas opções estão sendo estudadas: oferecer menos itinerários (ao menos dois) ou criar um consórcio de municípios, repetindo a ideia de agrupamento aplicada na capital.

— No consórcio de municípios, o aluno pode fazer suas escolhas se estiver disposto a se deslocar, sendo uma dessas cidades central para o ensino médio ser integrado ao técnico — afirmou o secretário.

Combate à evasão

Defensores da mudança do ensino médio argumentam que a alta evasão nesta etapa escolar está relacionada à baixa atratividade do currículo. Por isso, o novo formato prevê 1.800 horas comuns a todos os estudantes e outras 1.200 escolhidas individualmente pelos alunos nesses itinerários formativos.

— Ouvimos 36 mil alunos do 1º ano para saber o que eles pensam do Novo Ensino Médio e descobrimos que a maior parte nunca tinha ouvido falar. Também aprendemos que existe um claro interesse no ensino técnico, e vamos dar ênfase nisso — diz de Angelo.

O governo federal criou, em 2018, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (leia mais abaixo), no qual os estados poderiam aderir para criar escolas-piloto — apenas o Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e o Distrito Federal não aderiram.

Ao fim desse processo, foram escolhidos 3.519 colégios para discutirem o modelo. No ano que vem, eles já oferecerão itinerários formativos. O restante das unidades escolares do Brasil, só em 2021.

Inclusão de optativas no currículo

No Rio Grande do Sul, o formato dos itinerários ainda está sendo desenhado. O estado tem 300 escolas-piloto. Já em 2018, o currículo começou a se flexibilizar com a inclusão de disciplinas optativas.

— Já começamos, nesse ano, com minutos semanais de atividades eletivas nas escolas-piloto — afirma Adriana Schneider, coordenadora estadual do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul: — Os professores oferecem esses projetos, e os alunos se inscrevem no dia. Deixa de ter uma turma fixa e a escola se mistura. O que eles mais gostam são atividades coletivas, como produção de filmes, robótica, feiras de ciências e de profissões.

Enquanto isso, no Nordeste, o Ceará precisou fazer poucas alterações em sua rede. Nas escolas de horário integral já existia a possibilidade de itinerários formativos. Lá, os alunos escolhem atividades num cardápio de 300 eletivas diferentes, como Formação do Povo Brasileiro, História do Ceará, Ciência das Cores e Introdução à Contabilidade. Isso corresponde a 1.200 horas.

— A nossa tarefa mais difícil, para a construção do novo modelo de ensino médio, é ter

um teto de 1.800 horas para a base comum. A gente estava acostumada com um número mínimo de horas, não máximo. Estamos trabalhando agora para saber como organizamos esse conteúdo para dar em menos horas — diz Iane Nobre, coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio no estado.

Sobre os itinerários, o plano do Ceará é ter as cinco possibilidades em todas as escolas de ensino médio.

— Queremos isso porque o aluno pode fazer itinerários integrados. Ou seja, passear por eles. Um semestre num dos itinerários e depois em outro se preferir assim — diz Iane.

Programa de apoio tem verba travada

Estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio tiveram direito a uma verba de R\$ 350 milhões. Desse montante, 20% já foi pago e a próxima parcela, de 40%, está bloqueada por conta da decisão do ministro, Abraham Weintraub, de romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Ele argumentou que parâmetros formais foram desrespeitados na assinatura do contrato, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério.

Esse dinheiro é destinado às ações de flexibilização do currículo. Na prática, bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços para a elaboração das ideias, reparos na infraestrutura escolar, além da compra de equipamentos e mobiliários.

Minas Gerais é um dos 23 estados que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. A subsecretária de Desenvolvimento de Educação Básica, Geniana Faria, afirmou que a Secretaria Estadual de Educação está neste momento discutindo a formação dos itinerários com um grupo de professores formado por docentes tanto da rede estadual, quanto da municipal.

— Temos realidades muito diferentes nos 853 municípios do estado. Por isso, estamos na fase de diagnóstico de como definir os itinerários — conta Geniana.

Já os estados que não aderiram ao programa, como Rio e São Paulo, precisam aportar recursos próprios. Ambos ressaltam que foram decisões de gestões passadas. Os paulistas afirmaram que tentaram, junto ao MEC, a reabertura do processo, mas não foram atendidos.

A Secretaria Estadual de Educação do Rio afirmou, em nota, que a gestão anterior da decidiu não aderir ao novo Ensino Médio e que a atual está "estudando os motivos desta não adesão".

Além disso, as equipes técnicas estão "avaliando a possibilidade de adesão, pois será aberta pelo MEC novamente até o final do ano". A pasta não informou sobre como anda as discussões do formato do Novo Ensino Médio no estado.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola pública cearense consegue vaga na final da Olimpíada Brasileira de Geografia

Entre 102 equipes finalistas, grupo da Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Patativa do Assaré ocupa o 5º lugar geral.

Uma equipe formada por quatro alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Patativa do Assaré, no Bairro Granja Lisboa, em Fortaleza, está na etapa final da Olimpíada Brasileira de Geografia. A preparação dos estudantes cearenses começou no início deste ano no “Clube da Cartografia”, um projeto de flexibilização curricular construído na escola pública como experiência piloto para a inserção do Novo Ensino Médio, que deve ser implementado oficialmente em 2021.

A competição nacional começou no último dia 5 de agosto com 9.070 grupos selecionados. Desse total, apenas 102 equipes garantiram a classificação na última etapa após três fases de provas online e tarefas obrigatórias. A última atividade, que exigiu a construção de um mapa tátil para cegos, colocou a equipe da escola cearense em 1º lugar entre as unidades públicas e 5º lugar geral.

“Isso é motivo de muita felicidade e foi uma das nossas grandes surpresas, porque estamos no mesmo nível de projetos de extensão de universidades federais e colégios particulares”, celebra o coordenador da escola, Leandro Ferreira.

Para cumprir a última missão da olimpíada, os estudantes devem elaborar um mapa sobre a vida de um imigrante, desde o nascimento até a sua chegada ao Brasil. A tarefa deve ser enviada até o dia 6 de setembro, conforme o professor.

Projeto

Antes mesmo de participarem da disputa, os alunos da escola estadual já estavam inseridos no “Clube de Cartografia”. No contraturno da aula, eles debatem sobre leitura, interpretação e construção de mapas com professores de Geografia e Matemática. O projeto faz parte das ações de flexibilização impostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018. Com ela, as escolas precisam desenvolver atividades paralelas à oferta das disciplinas já existentes.

No Ceará, além da Patativa do Assaré, outras 459 escolas participam do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC), que oferece assistência técnica e financeira às unidades de ensino que queiram desenvolver novas atividades curriculares. A pasta federal garante R\$ 20 mil e mais R\$ 170 por aluno matriculado para os colégios que aderiram.

“Tudo que for precisar para ter unidades curriculares diversificadas adaptadas às competências da base, os gestores colocam na Proposta de Flexibilização Curricular (PFC), a gente valida e eles compram o que for preciso, como insumo de laboratórios, equipamentos mobiliários ou contratar palestrantes que ajudem na formação do corpo docente”, destaca a coordenadora da Gestão Pedagógica do Ensino Médio da Secretaria Estadual da Educação (Seduc), Iane Nobre.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Caderno com orientações sobre a política de alfabetização deve ser divulgado nesta quinta, diz MEC

Governo federal criou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) por decreto em abril, mas propostas ainda dependem de diretrizes detalhadas para saírem do papel.

O Ministério da Educação deve lançar nesta quinta-feira (15) uma cartilha com orientações para prefeitos e governadores sobre a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA). As novas orientações foram publicadas em 11 de abril, na cerimônia de 100 dias do governo Bolsonaro – a medida estava na lista de 35 prioridades para o período. Mas, passados quatro meses, elas ainda não foram implementadas em nenhum colégio.

"Já tem mais de 100 dias que a nova Política Nacional de Alfabetização está vigorando, onde têm que ser usado critérios científicos para ensinar as crianças a ler e escrever", explicou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em um vídeo publicado na última sexta-feira (9).

O documento, publicado na forma de um decreto, entrou em vigor imediatamente. O problema é que, sem instruções mais detalhadas, os secretários municipais e estaduais de educação não têm como elaborar novas propostas de alfabetização para os colégios.

Leia a íntegra da Política Nacional de Alfabetização

Em 16 de abril, o MEC informou, em uma notícia publicada em seu portal, que "está previsto para os próximos dias o lançamento de um caderno da PNA, no qual serão apresentadas suas diretrizes, princípios, objetivos, entre outros pontos que constam no decreto presidencial".

Questionada sobre o documento, a pasta afirmou nesta segunda, via Lei de Acesso à Informação, que, "de fato, o Caderno referente à Política Nacional de Alfabetização está em vias de ser publicado".

Sobre quantos municípios já haviam aderido à PNA, o MEC afirmou que a política se trata de um "instrumento normativo composto de definições básicas, princípios e diretrizes" e que seu objetivo é "alinhar e harmonizar" os novos programas e ações voltados à alfabetização.

"Outra coisa diferente são os programas propriamente ditos que da PNA serão decorrentes, os quais essencialmente serão por adesão voluntária. Na medida em que esses programas forem normatizados e publicados será dada, naturalmente, a devida divulgação da lista de estados e municípios aderentes", disse o MEC.

Adesão voluntária

O decreto de abril diz que a adesão dos governos locais será voluntária, "na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas". Até esta segunda (12), esses instrumentos ainda não tinham sido criados.

O texto também diz que a União "poderá prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos", o que também não ocorreu nestes quatro meses. O MEC não informou se haverá verba para a elaboração destes currículos ainda em 2019, e quanto será destinado para essa mudança pedagógica nos próximos anos.

O que é a Política Nacional de Alfabetização?

A Política Nacional de Alfabetização é um decreto publicado em abril que prevê, entre outras mudanças, que o ensino infantil reforce as atividades de pré-alfabetização, e que haja esforço extra para concluir o ensino da leitura já no primeiro ano do ensino fundamental.

Entre os objetivos do decreto publicado está cumprir a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). A meta, que entrou em vigor em 2014 e tem vigência até 2024, diz que todas as crianças devem ser alfabetizadas até no máximo o final do 3º ano do fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade.

A política também prioriza um método de ensino sobre os demais: o chamado método fônico, classificado no decreto como uma lista de "seis componentes essenciais para a alfabetização" (leia abaixo o trecho do decreto).

Segundo especialistas ouvidos pelo G1, a criação de uma política nacional de alfabetização é positiva, mas a priorização de um único método pode levar à padronização do ensino, e o risco disso é limitar tanto as possibilidades de os professores ensinarem, quanto as possibilidades de os alunos aprenderem.

Método internacional e Paulo Freire

No vídeo publicado na sexta, o ministro Weintraub acompanhado do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, diz que não está inventando a roda.

"A gente tá fazendo o que os países que conseguem alfabetizar bem as suas crianças fazem", afirma Weintraub, sem citar quais seriam essas medidas.

O ministro também pergunta a Nadalim sobre o trabalho do educador e filósofo Paulo Freire – classificado por Weintraub como um "fetiche no Brasil".

"Tem algum país do mundo que segue o Paulo Freire fora o Brasil?", questiona Weintraub. "No âmbito da alfabetização, que eu saiba, não", responde Nadalim.

"Só o Brasil que está há bastante tempo insistindo nisso", diz Weintraub em seguida.

No entanto, o método Paulo Freire de Alfabetização, criado no início dos anos 1960, nunca foi voltado para o ensino da língua portuguesa para crianças e adolescentes. A ideia desse método é alfabetizar adultos que não tiveram acesso à escola regular, usando o conhecimento de mundo dessas pessoas e frases mais próximas da realidade delas, em vez da repetição de frases infantis.

O trabalho de Freire é amplamente estudado no exterior, e sua obra "Pedagogia do Oprimido" foi a única de um autor brasileiro a aparecer na lista de 100 títulos mais pedidos pelas universidades inglesas, segundo um estudo do projeto Open Syllabus divulgado em 2016.

Segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) de 2018, três em cada dez brasileiros entre 15 e 64 anos eram considerados analfabetos funcionais.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Capes nega verba a congresso sobre Constitucionalismo por militância política

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da **Capes** em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição : a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos da **Capes**, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos - os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a **Capes** autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez."

O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic). A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras, o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a **Capes** demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio.

A **Capes** informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer. Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa".

Análise

Ex-presidente da **Capes** entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê."

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Uma Contribuição para o FUTURE-SE

O documento abaixo surgiu de uma reunião que tivemos em minha sala no Instituto de Estudos Avançados da USP, por iniciativa que contou com o apoio do professor Hélio Dias para analisar o documento FUTURE-SE distribuído pelo Governo Federal e que propõe importantes mudanças no Sistema de Ensino Superior federal. Mais tarde, alguns outros importantes pesquisadores e gestores acadêmicos se juntaram ao grupo inicial para analisar o draft que produzi que teve também a importante contribuição de Simon Schwartzman na incorporação de propostas e na elaboração do documento final.

Sugeri, ao longo da produção do texto, a definição do termo que cunhei como underhead, bem como a valorização das fundações de apoio e uma nova proposta para a carreira docente, como pode ser visto no documento aqui reproduzido. Esperamos contribuir com serenidade e experiência para as discussões que deverão ter prosseguimento. Boa leitura.

O PROGRAMA FUTURE-SE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

APRESENTAÇÃO

Este documento, preparado por um grupo de professores e pesquisadores a convite do Instituto de Valorização da Educação e da Pesquisa do Estado de São Paulo (IVEPESP), tem por objetivo contribuir para a discussão provocada pelo Programa Future-se, recentemente apresentado à comunidade universitária brasileira pelo Ministério da Educação para discussão. O Programa Future-se propõe estabelecer novas formas de gestão e instituir novas fontes de financiamento para as atividades de pesquisa, inovação e internacionalização das Universidades Federais, criando mecanismos que, se bem implantados, teriam impacto sobre a educação superior brasileira como um todo, e que poderiam também, em princípio, ser adotados pelas redes estaduais e inclusive pelas instituições privadas.

O NOVO MODELO DE GESTÃO

Como é sabido, as universidades federais, como parte do sistema público federal, padecem de uma série de limitações que dificultam sua gestão e a consecução de seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão, como as restrições a contratações ágeis e flexíveis, a falta de autonomia para promover e demitir funcionários em geral, a dificuldade na contratação de estrangeiros para qualquer função, a rigidez das regras de licitações, e outros. Na área financeira, os recursos dependem de orçamentos anuais rigidamente controlados pelo Ministério da Educação, que administra a folha de pagamentos e libera ou não os recursos de custeio conforme a disponibilidade de caixa do governo. Existem muitas limitações formais para a obtenção e administração de receita própria, e os resultados destas receitas não podem ser usados livremente. As universidades não têm, na prática, autonomia para gerir seu patrimônio, por exemplo vendendo ou comprando imóveis, embora esta autonomia esteja expressa na Constituição. Para contornar esta situação, muitas universidades criaram fundações de apoio que atuam segundo as normas do direito privado, mas, na prática, o funcionamento destas fundações tem sido objeto de dúvidas, questionamentos e, eventualmente, distorções.

O programa Future-se pretende lidar com estes problemas através de parcerias que seriam estabelecidas entre as universidades e organizações sociais, que passariam a colaborar com as universidades na gestão de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com liberdade de captação e gestão de recursos, administração de patrimônio, contratação de pessoal, e outros, inclusive se utilizando de professores e funcionários cedidos pelas universidades. Estas organizações sociais estariam sujeitas às regras de boas práticas e compliance próprias do setor privado, seriam coordenadas por um Comitê Gestor de âmbito nacional, e seriam avaliadas em função de seu desempenho no uso de seus recursos. A proposta deixa claro que a adesão das universidades a este programa é voluntária, e as instituições que aderirem deverão assinar um contrato de gestão de quatro anos, definindo seus objetivos e metas.

A questão mais imediata que se coloca é quanto ao alcance do papel das organizações sociais. O projeto de lei dá a entender que o alcance é muito amplo, podendo significar que as universidades, na prática, terceirizariam sua gestão para as OS, embora o projeto diga que algumas das funções das universidades serão geridas diretamente pelas OS, e outras apoiadas. É possível pensar aqui em dois cenários. O primeiro é que as universidades continuariam gerindo normalmente suas atividades de ensino de graduação e pós-graduação, ficando as organizações sociais na administração da parte de pesquisa, inovação e internacionalização. Diferentemente das atuais fundações de apoio, que se limitam a fazer a gestão administrativa e financeira dos projetos que lhes são submetidos pelos docentes, as organizações sociais teriam a efetiva liderança das atividades de pesquisa e inovação das instituições. Este papel seria mais acentuado no segundo cenário, que parece corresponder mais ao espírito do programa, em que as universidades terceirizariam todas as suas funções para estas organizações sociais, tal como indicado nos artigos 3 e 4 do projeto. Este segundo cenário traz a dúvida sobre qual seria o papel das atuais instâncias de governança das universidades – reitor, vice-reitorias, pró-reitorias, conselhos, chefias de departamentos, coordenadores de programas, etc. – e das organizações sociais.

A experiência internacional mostra que as melhores universidades são aquelas que combinam, em sua administração, uma forte participação de seu corpo acadêmico e um setor administrativo e financeiro moderno, ambos respondendo a um conselho superior com representantes da comunidade científica, da sociedade civil e do principal financiador, ou seja, o governo. Estas universidades gozam de grande autonomia acadêmica, financeira, patrimonial e de gestão de seu principal capital, que é o talento de seus professores e pesquisadores. Quando financiadas pelo setor público, elas têm metas claras de desempenho em suas múltiplas atividades.

Ao excluir a comunidade acadêmica e científica da gestão das universidades, na hipótese mais extrema de terceirização da gestão, as universidades renunciariam à sua autonomia acadêmica e científica, e com isto suas funções centrais de liderança na produção e transmissão de conhecimentos ficariam grandemente prejudicadas. Se o objetivo do projeto é ir além das funções das fundações de apoio já existentes, faz mais sentido avançar em um projeto de reforma mais profunda das instituições universitárias governamentais, dando-lhes uma personalidade jurídica própria e restabelecendo os princípios constitucionais de autonomia financeira, patrimonial e acadêmica, introduzindo formas de governança modernas e clarificando as regras de relacionamento entre o governo, como financiador principal, e as universidades. O formato legal das

organizações sociais, adotado hoje pelo Instituto de Matemática Pública e Aplicada e o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, poderia ser utilizado, e deveria haver regras claras de transição do atual regime para o novo, sobretudo em relação aos professores e funcionários estatutários, que poderiam optar por ingressar em novas carreiras instituídas com autonomia pelas diferentes instituições. Se um dos maiores problemas atuais na gestão das IFES for identificado como o atual processo de escolha de seus dirigentes em que docentes, funcionários e alunos participam, gerando políticas corporativistas, e inexistente nas melhores universidades do mundo, este poderia ser revisto e novas práticas poderiam ser instituídas, como a de proceder à escolha de seus dirigentes por um comitê de busca, permitindo inclusive que eles possam ser oriundos de outros setores da sociedade, como já ocorre em outros países.

Uma outra dúvida ainda em relação à gestão é o relacionamento entre o projetado Comitê Gestor e os órgãos de gestão atualmente existentes dentro do Ministério da Educação, como a Secretaria de Educação Superior, a **CAPES** na área da pós-graduação, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), assim como com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras agências envolvidas com a pesquisa e a inovação. Existe o risco de que seja criada mais uma agência governamental que entre em conflito funcional com as já existentes.

Finalmente, a proposta indica que seria criado um novo sistema de avaliação das instituições participantes, com indicadores de desempenho institucional e um novo ranking a ser elaborado, mas não fica claro se este sistema deverá substituir o atual SINAES, com as avaliações do INEP que incluem o ENADE e outros instrumentos, as avaliações regulares dos programas de pós graduação e pesquisa, mantidas pela **CAPES**; ou se os três deverão coexistir. O SINAES foi objeto recentemente de um forte questionamento por parte do Tribunal de Contas da União e passou por uma análise detalhada por parte da OECD, que fez sugestões muito específicas sobre como melhorar o sistema, colocando mais foco em resultados, ajudando as universidades a fortalecer seus mecanismos internos de avaliação, produzindo mais transparência e revendo o posicionamento institucional do sistema de avaliação em relação ao Ministério. A **CAPES**, por sua vez, vem reformulando seu sistema de avaliação, incluindo, além da qualidade acadêmica, o impacto econômico e social dos programas, com forte ênfase nos procedimentos universalmente adotados de peer review. Não parece fazer sentido criar um novo sistema paralelo de avaliação, ao invés de reformar e melhorar os existentes.

PESQUISA, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Além da gestão, o programa Future-se busca atuar nos temas de pesquisa, inovação e internacionalização das instituições. A perspectiva apontada pela proposta é que a pesquisa deve ser de padrão internacional, fortemente orientada para a inovação, e exercida com uma postura empreendedora na captação de recursos. Existe uma grande discussão em toda parte sobre a natureza da pesquisa universitária e seu relacionamento com as atividades de ensino, por um lado, e com o mundo das aplicações, tanto pelo setor privado quanto público. Sem entrar no mérito desta discussão, é importante sinalizar algumas tendências que se observam claramente em todo o mundo, que colocam em questão a visão tradicional da “universidade de pesquisa”, cuja origem é geralmente atribuída à Universidade de Humboldt no início do século 19 e que é a

inspiração da regra de “indissociabilidade do ensino e da pesquisa” que consta da Constituição brasileira.

A primeira observação é que, no mundo de hoje, da educação universitária de massas e das pesquisas complexas e de alta tecnologia, a união entre ensino e pesquisa é muito mais a exceção do que a regra. A pesquisa tradicional, baseada na leitura e discussão de textos clássicos, como nas humanidades, ou observações da natureza e análises laboratoriais, realizada por estudantes de pós-graduação sob a orientação de seus professores, continua existindo, mas, cada vez mais, a pesquisa de ponta requer grandes investimentos, laboratórios complexos e pesquisadores com formação especializada, enquanto que a educação superior propriamente dita, que envolve milhões de estudantes, tende a ser dada em instituições de ensino nas quais a pesquisa de ponta praticamente não existe.

Algumas grandes universidades, como as que aparecem nos primeiros lugares nos rankings internacionais, conseguem cobrir um amplo espectro de atividades que vão da pesquisa mais avançada ao ensino em todos os níveis, mas grande parte da pesquisa ocorre fora das universidades, em agências governamentais, empresas privadas e centros de pesquisa especializados. Em muitos países, como Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, China e Índia, os investimentos na pesquisa universitária se concentram em um número pequeno de universidades, consideradas de “classe internacional”, enquanto a maioria das instituições de ensino superior se dedicam, sobretudo às funções tradicionais de formação para o mercado de trabalho.

A pesquisa universitária, nestas universidades mais bem-sucedidas, tende a ser uma combinação de temas acadêmicos, de livre escolha de seus professores, e temas mais práticos, feitos geralmente em parceria com instituições públicas e privadas. A distinção entre o que é “pesquisa básica”, “pesquisa aplicada” e “inovação” não é nada clara, sendo dada, sobretudo, pelas fontes de financiamento dos projetos e pelo destino dos resultados das pesquisas, se publicados livremente ou apropriados para fins comerciais ou militares. Tipicamente, grande parte do financiamento dados às pesquisas universitárias no mundo todo vem de fontes públicas, mas uma parte menor dos projetos têm financiamento privado ou são direcionados a objetivos práticos bem definidos. O termo “inovação”, utilizado para se referir à pesquisa que resulta em resultados práticos e mensuráveis, tende a ocorrer sobretudo em empresas que operam nas tecnologias de ponta, internamente ou em parcerias com universidades, e seus resultados ficam protegidos por patentes ou outras regras de sigilo. O desenvolvimento de um sistema nacional avançado de inovação pode se beneficiar da participação mais ativa das universidades, mas depende, sobretudo, do aumento da produtividade e competitividade da economia, como já ocorre no Brasil no setor agropecuário, mas ainda pouco na área industrial e de serviços

O sistema de pós-graduação e pesquisa coordenado pela **CAPES** foi orientado, desde o início, para a formação de professores doutores, com ênfase na qualidade da pesquisa, avaliada sobretudo em termos de publicações acadêmicas, uma tradição que só recentemente começou a ser alterada. Sabemos que a pós-graduação e pesquisa de alta qualidade, identificada pela **CAPES** nos programas de pós-graduação que recebem conceito 7 em sua avaliação, está concentrada em um número muito pequeno de instituições, com destaque para as universidades paulistas e umas poucas federais, como as universidades federais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mesmo nestas instituições, a pesquisa de qualidade tende a se concentrar em alguns

poucos departamentos. O programa Future-se, ao se concentrar no apoio à pesquisa e à inovação, pode, se bem implementado, trazer recursos adicionais e reorientar parte da pesquisa desenvolvida nestes programas para fins mais práticos e aplicados. É importante lembrar, no entanto, que as razões pelas quais as pesquisas aplicadas se desenvolveram pouco no Brasil não se devem somente ao que ocorre no interior das universidades e das instituições de pesquisa, mas também, ou sobretudo, pela baixa demanda por pesquisa avançada por parte do próprio governo e do sistema produtivo, às voltas com um sistema tributário e uma legislação trabalhista paralisantes, associados a um mercado consumidor em geral pouco exigente.

INTERNACIONALIZAÇÃO

São importantes as medidas propostas pelo programa para aumentar a internacionalização da educação superior brasileira, que ainda é muito fechada. Facilitar o intercâmbio com instituições no exterior, a formação no exterior, o fluxo internacional de professores, a vinda de estudantes estrangeiros, tudo isto enriquece as instituições e contribui para melhorar a educação superior do país. A educação superior em países pequenos e desenvolvidos, com Singapura, Hong Kong, Holanda e países escandinavos, tende a ser altamente internacionalizada, com ensino em língua inglesa e forte presença de professores de diferentes nacionalidades. Alguns países, como Austrália, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, conseguem recursos significativos para suas universidades públicas e privadas advindos das matrículas de estudantes internacionais. Nos países de maior porte, no entanto, a internacionalização de professores e alunos tende a ser percentualmente menor, e concentrada também em poucas instituições.

A internacionalização não pode ser vista como um fim em si mesmo, e sim como um mecanismo para enriquecer a qualidade e a relevância do ensino e da pesquisa das universidades. Internacionalizar é, entre outras atitudes, deixar de olhar a composição de quadros acadêmicos e discentes exclusivamente no país, mas considerar o mundo como seu universo de busca e colaboração. Em muitas áreas de pesquisa, a publicação de artigos científicos em revistas de alto padrão e circulação internacional é um bom indicador de qualidade. Em áreas mais aplicadas, como nas engenharias, meio ambiente e ciências sociais aplicadas, pode ser mais importante desenvolver trabalhos relevantes para o contexto nacional e que circulem nos ambientes especializados e em língua portuguesa. A grande maioria das universidades federais, embora não tenham condições de desenvolver atividades de pesquisa e inovação de nível internacional, podem desempenhar papel importante desenvolvendo recursos humanos e estabelecendo parcerias com empresas locais, inclusive pelo compartilhamento de suas infraestruturas laboratoriais – alias já previsto na Emenda Constitucional nº 85 de 2015. Ainda assim, autores de trabalhos relevantes e de grande impacto internacional em qualquer instituição deveriam ser estimulados a submetê-los a revistas internacionalmente reconhecidas e editadas em língua inglesa.

FINANCIAMENTO

O projeto prevê a constituição de um fundo formado por recursos de diferentes fontes, inclusive os imóveis das IFES e os resultados de sua comercialização, receitas de projetos de pesquisa, doações e investimentos, que seriam destinados às universidades por mecanismos competitivos. A estimativa do Ministério da Educação é que este consiga atingir o montante de cerca de 100 bilhões de reais, comparado com o

orçamento anual das universidades federais de cerca de 60 bilhões, dos quais aproximadamente 90% destinados a salários e aposentadorias. Não há estimativa de qual seria o montante deste recurso que estaria disponível para a aplicação anualmente, mas de qualquer maneira seria muito significativo, dadas as restrições nos recursos de custeio que as universidades vêm sofrendo recentemente.

Uma dúvida importante, a este respeito, é se este Fundo limitaria a capacidade das universidades de levantar e administrar diretamente seus próprios recursos. Hoje, mesmo com as limitações existentes, as universidades, departamentos de pesquisa e mesmo professores competem diretamente por recursos da **CAPES**, CNPq e outras agências, assim como em outras fontes nacionais e internacionais, recursos estes que são administrados diretamente pelos professores, departamentos e universidades, conforme o caso. Esta liberdade de competir, obter e administrar recursos deve ser aumentada e regulada, e não constrangida por uma situação em que estes recursos viessem a ser administrados por um fundo nacional com regras próprias. No entanto, se for possível pensar em um fundo que levante e administre recursos adicionais, isto será, sem dúvida, uma inovação bem-vinda.

Existem várias questões importantes em relação ao financiamento que precisam ser aprofundadas. Uma delas é sobre a questão do overhead incluído ou não nos orçamentos dos projetos de pesquisa financiados pelas agências de fomento, para cobrir gastos administrativos e de infraestrutura incorridos pelas instituições executoras dos projetos. Nos Estados Unidos, estes custos adicionais chegam a atingir 40% do total dos contratos. No Brasil, as agências financiadoras não só não admitem o overhead, como exigem das universidades contrapartidas, o que acaba acarretando, na verdade, um underhead, um custo adicional para as instituições e seus departamentos, só disponível para setores que contem com recursos financeiros de outras fontes. Isto acaba acarretando uma grande desigualdade entre departamentos ricos e pobres dentro das universidades, e exclui, na prática, o acesso de instituições privadas aos sistemas de financiamento da pesquisa.

Uma outra dúvida é se a expectativa que tem sido anunciada sobre o montante de recursos que seriam arrecadados pelo Fundo é realista. Em relação aos imóveis, as universidades ocupam muitas vezes imóveis que não são plenamente utilizados, consomem recursos para sua manutenção, e seria importante transformá-los em verdadeiros ativos pela venda ou terceirização de immobilizados. Mas, dados os baixos investimentos havidos nas universidades federais nos últimos anos, que não acompanharam a expansão de matrículas, a situação dos imóveis existentes é frequentemente precária, e é improvável que eles possam resultar em um valor aproximado de 50 bilhões de reais, como tem sido dito. Também parece excessivamente otimista a expectativa de que o setor privado aumente significativamente sua participação, seja atividades conjuntas de pesquisa e inovação tecnológica, seja em doações filantrópicas. Exceto em algumas poucas áreas, como a do petróleo e a agropecuária, a economia brasileira ainda é muito fechada e investe pouco em inovação, e já existe um mecanismo instituído para fomentar estas parcerias, que é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Doações filantrópicas foram muito significativas para desenvolver a pesquisa universitária nos Estados Unidos, com a presença de grandes fundações privadas e uma legislação bastante generosa de incentivos fiscais para estas doações, mas isto não ocorre em outras partes do mundo, e, embora desejável, não se pode esperar que estes investimentos filantrópicos se

expandam muito nos próximos anos. Finalmente, não está claro que a área econômica do governo, que trabalha no sentido de aumentar a arrecadação e reduzir os incentivos fiscais, concorde com uma política generosa de isenções fiscais e investimentos públicos em um fundo desta natureza, a não ser que seja em troca de cortes substanciais nos orçamentos regulares das universidades, o que significaria, para as instituições, trocar recursos estáveis por recursos instáveis e imprevisíveis.

CONCLUSÕES

Esta análise sumária dos aspectos centrais do programa proposto indica que se trata de um encaminhamento potencialmente interessante, mas que precisa ser mais amadurecido. É importante aumentar a capacidade de gestão administrativa e financeira das universidades e do próprio Ministério da Educação, fortalecer a qualidade e a relevância da pesquisa e estimular a inovação e a internacionalização. Mas, invés de criar uma estrutura paralela de organizações sociais, deve ser possível criar uma legislação própria para as universidades, instituindo contratos de gestão e sistemas de avaliação que tomem em conta os projetos institucionais de cada universidade. A curto prazo, consolidar e aperfeiçoar as atuais fundações de apoio às universidades federais seria uma solução ao nosso ver bem mais simples, que não retiraria a autonomia universitária e cumpriria os propósitos da flexibilidade administrativa. O governo poderia transferir imóveis para as fundações para criar os fundos de investimentos sem maiores problemas, ou pelo menos não maiores do que passá-los para uma organização social ou para um Fundo Nacional.

Nada se diz no projeto da carreira docente e de sua gestão, embora este ponto seja crítico em uma reforma universitária. A estabilidade, o regime de trabalho, critérios de promoção deveriam ser provavelmente revistas, com a introdução de avaliações baseadas nos portfólios e desempenho dos professores. Um tema que precisa ser considerado é o dos recursos hoje destinados ao pagamento do regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, entendidos originalmente como mecanismo para financiar a pesquisa, mas que na prática foram incorporados aos salários de um grande número de professores das universidades federais, representando um custo considerável em seu orçamento. Pode haver situações em que a dedicação contratada não é cumprida, que precisam ser corrigidas. Mais amplamente, é necessário decidir se estes contratos devem se refletir necessariamente na produção científica do professor, ou podem ser entendidos como a dedicação completa do professor às atividades na IES, não unicamente para a pesquisa, mas aperfeiçoando o ensino, a extensão, o atendimento e apoio ao aluno e a gestão acadêmica. Muitas instituições de excelência, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica no Brasil, e Olin College nos Estados Unidos, se notabilizam pela qualidade dos alunos que formam, sem, necessariamente, terem numericamente uma significativa produção científica, e não seriam contempladas pelo programa Future-se tal como está sendo apresentado.

Deveriam ser criadas, também, condições para que docentes e funcionários das IES possam viabilizar ações inovadoras e cooperativas com empresas públicas, privadas e a sociedade em geral, iniciativas essas incentivadas e valorizadas dentro carreiras de docentes e funcionários. Sugere-se que se estude critérios que permitam, paralelamente à avaliação da produção científica e do trabalho em cooperação externa, avaliar, identificar e valorizar os melhores professores das IES.

Consideramos da maior importância que as universidades federais criem, com o apoio e

concordância do MEC, projetos estratégicos dentro de uma redefinição da missão realista e individualizada de cada uma, tendo em vista suas localizações, composições e experiências, que balizaria as prioridades educacionais, científicas e de extensão, o perfil e ação do corpo docente e facilitaria futuras avaliações institucionais.

Esta medida é importante tendo vista das dimensões do Brasil, o que impõe que cada IES deva ser analisada individualmente em colaboração com o MEC, nos quesitos recursos humanos, infraestrutura e sua localização para a criação do plano estratégico para que seus objetivos na área do ensino, pesquisa e extensão possam ser definidos claramente. Incentivos pelo aumento da captação associado a uma redução dos custos, como desperdícios e manutenção de programas sem demanda ou repercussão, precisam estar contemplados pela gestão de cada universidade. No entanto, é preciso equilibrar as políticas baseadas no mercado e nas demandas externas com valores acadêmicos e a missão de cada instituição. Necessária se faz, especificamente, uma revisão completa dos problemas relacionados às sistemáticas de compras e obras necessárias das IES, hoje feitas de forma obsoleta, de qualidade discutível e implementadas por funcionários muitas vezes não preparados para essa importante atividade da qual depende a competitividade das instituições.

Todo os processos de formação de recursos humanos, sejam eles na graduação como na pós graduação das IES, precisam ser revistos incorporando os recursos da tecnologia da informação moderna e aprendizagem à distância. A valorização das atividades de ensino de seus docentes é essencial para que essas iniciativas avancem. As normas atuais que exigem que novos professores só ingressem na carreira no nível inicial, e só possam progredir por antiguidade, precisam ser revistas, permitindo que as universidades busquem e contratem talento em todos os níveis, e associando fortemente a promoção nas carreiras ao desempenho. E as universidades precisam ter planos de carreira próprios, adequados às necessidades e condições locais, tendo inclusive a liberdade de negociar salários, dentro de seu projeto institucional e limites orçamentários.

A internacionalização exigirá, também, profundas mudanças culturais nas universidades federais e em suas formas de gestão neste item, inclusive com a contratação flexível de professores, pesquisadores e técnicos estrangeiros, e transformando o intercâmbio internacional em uma fonte adicional de recursos além da sua importância acadêmica. Seria muito importante rever a regra pela qual o ensino público é gratuito para todos, inclusive estrangeiros (embora quem pague os impostos para sustentar as universidades sejam os brasileiros), uma vez que isso desestimula a busca de estudantes estrangeiros pelos custos adicionais que esta política impõe às universidades.

Mais amplamente, embora seja uma questão controversa, é importante reabrir a questão da gratuidade inclusive para estudantes brasileiros. O sistema de crédito educativo associado à renda futura, adotado nas universidades públicas da Austrália e adotado por vários outros países, e que está sendo implementado no Fundo de Investimento Estudantil para o setor privado (FIES), poderia eventualmente ser utilizado também no setor público, fazendo com que todos os estudantes sejam admitidos por mérito, independentemente de recursos, ficando no entanto responsáveis por ressarcir seus custos, em todo ou parte, como proporção de sua renda futura a partir de um determinado nível de renda.

Finalmente, embora o sistema federal seja prioritário para o Ministério da Educação, e

os temas da pesquisa, inovação e internacionalização sejam relevantes, o MEC é também responsável pela qualidade do ensino não só em suas instituições como também de todo o sistema comunitário e privado, que atende hoje a 75% da matrícula, além das redes estaduais, com destaque para as universidades paulistas estão entre as principais instituições de pesquisa do país.. A modernização da educação superior brasileira, de seus mecanismos de apoio, de controle de qualidade e financiamento, não pode se limitar ao sistema federal e às poucas universidades que poderiam se beneficiar do atual programa, mas devem ter em vista todo o conjunto.

AUTORES

HÉLIO DIAS é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e presidente do Instituto de Valorização e da Pesquisa do Estado de São Paulo. É doutor e Livre Docente pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo, tendo atuado principalmente nos temas de astrofísica, reações e estrutura nuclear e núcleos exóticos, e também em atividades de divulgação científica e de educação básica e superior. Foi Secretário e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Física e Diretor da Estação Ciência da USP.

ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO preside o Instituto Lobo, é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP e pesquisador visitante da Boston University. Possui mestrado e doutorado em física pela Purdue University. Foi reitor das Universidades de São Paulo e Mogi das Cruzes, diretor do CNPq, membro do Conselho Superior da FAPESP e presidente do Comitê Científico do Projeto Alfa da União Europeia. É membro da Academia Brasileira de Ciências.

SIMON SCHWARTZMAN é pesquisador associado do Instituto de Estudos de Política Econômica, Rio de Janeiro. Doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Berkeley, foi diretor científico do Núcleo de Pesquisas em Educação Superior da Universidade de São Paulo e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É membro da Academia Brasileira de Ciências.

PAULO HENRIQUE DE MELLO SANT'ANA é professor associado da Universidade Federal do ABC na área de economia da energia e eficiência energética. Fez mestrado e doutorado em planejamento de sistemas energéticos na Unicamp e pós-doutorado em política energética na West Virginia University, EUA. Atua na área de política, planejamento e regulação da energia coordenando projetos de pesquisa e inovação com empresas do setor energético.

DANTE PINHEIRO MARTINELLI é professor titular aposentado da Universidade de São Paulo na FEA-RP e vice-presidente do Instituto de Valorização e da Pesquisa do Estado de São Paulo (IVEPESP). Autor de dezesseis livros e de dezenove capítulos de livro sobre Negociação, Visão Sistêmica, Desenvolvimento Local e Pequenas e Médias Empresas. Foi Coordenador de Administração Geral da USP (CODAGE), Diretor da FEA-RP-USP e Diretor do IPT.

CLAUDIO RODRIGUES é Graduado em Física pela Universidade de São Paulo (1964) e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (1970). Pesquisador Emérito do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Atualmente é Diretor-Presidente do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia – CIETEC. Tem experiência nas

áreas de gestão, consultoria e projetos nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos.

JÚLIO FRANCISCO BLUMETTI FACÓ é Professor Associado na UFABC (Universidade Federal do ABC) vinculado aos Programas de Graduação em Engenharia de Gestão e Pós-Graduação em Engenharia e Gestão da Inovação. Foi Pró-Reitor de Administração da UFABC. Tem experiência e atuação nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Nos últimos 20 anos, coordenou e participou de diversos projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, de extensão, de gestão e de inovação em organizações públicas e privadas, nacionais e multinacionais.

OSWALDO MASSAMBANI, é físico, atualmente o Coordenador dos Programas de CT&I da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Professor Titular aposentado do IAG-USP. Foi Diretor do IAG-USP e da EACH-USP. Foi Fundador e Diretor da Agência USP de Inovação e da Agência INOVA Paula Souza. Exerceu também a função de Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do GESP e de Superintendente de Inovação da FINEP-MCTIC.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA JUNIOR possui graduação em Engenharia Elétrica e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular do Instituto Mauá de Tecnologia – onde atua como Reitor e professor. Tem experiência na área de Engenharia Elétrica/Eletrônica, com ênfase em Processamento Digital de Sinais, atuando principalmente nos seguintes temas: Processamento de Imagem, Processamento de Sinais Biológicos, Sistemas Embarcados e Telecomunicações (IoT).

CARLOS RIVERA FERREIRA possui graduação em Engenharia e Doutorado em Engenharia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente é Diretor Geral da Faculdade Pentágono de Santo André – SP. É avaliador do Ministério da Educação – MEC e membro fundador da Rede Latino Americana de Cooperação Universitária (RLCU). Foi Pró-reitor Administrativo da Universidade de Mogi das Cruzes. Foi diretor geral da Faculdade de Tecnologia Anchieta e da Faculdade Radial. presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa da UMC.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

**Piauí expande educação a distância e já é referência nessa modalidade
A EAD chega a 155 municípios piauienses com cursos da educação básica, de graduação e pós-graduação.**

A educação a distância no Piauí vem mudando a realidade de quem tinha apenas um sonho de ter em mãos o diploma de um curso superior. A tecnologia está contribuindo para uma educação de qualidade, bem como para a universalização da educação superior no estado. Atualmente, são mais de 10 mil alunos beneficiados com os programas Universidade Aberta do Piauí (Uapi) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Essa é a modalidade de ensino que mais cresce no Piauí. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é o órgão mantenedor do ensino a distância no estado, no qual iniciou as atividades em 2007 em parceria com as instituições de ensino superior (IES) públicas, ofertando cursos de graduação para 10 polos. Com a Superintendência de

Ensino Superior (Supes), a Seduc passou a planejar e construir polos presenciais de EaD em mais municípios do Piauí.

O Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) está em 155 municípios piauienses, sendo 120 destes no programa Uapi, ofertando o curso de Administração, e 35 no programa UAB, que oferta sete cursos de graduação e 13 de pós-graduação.

O Sistema UAB é um programa instituído pelo governo federal com a ideia de reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior, é de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e conta com 50 polos nos municípios piauienses. Desses, 37 são de responsabilidade da Seduc/Supes, como mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação; e 13 polos de responsabilidade de prefeituras/Instituto Federal do Piauí (IFPI)/Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 2019, estão sendo ofertados os cursos de História, Espanhol, Matemática, Administração Pública, Inglês, Português e Pedagogia.

No Piauí, a dificuldade na disponibilidade de professor nos municípios do interior do estado impulsionou a iniciativa de proporcionar educação superior à população de locais distantes e isolados, assim a Uapi surgiu com a mesma proposta da UAB. Criada pelo decreto nº 16.933 de 16 de dezembro de 2016, é um programa de ensino voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica.

Expansão

O secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, destaca que o Piauí é um dos estados que mais tem avançado na oferta da educação, seja ela na educação básica como também na educação de ensino superior. “O acesso escolar tem sido uma das frentes de trabalho prioritárias do governo Wellington Dias, que iniciou em 2003 um trabalho de expansão da oferta da educação no nosso estado e ações importantes foram implementadas. O sistema da UAB, sozinho, não seria capaz de levar a universalização da oferta para todos os municípios, por isso foi institucionalizada a Uapi, em 2017, um programa genuinamente piauiense, mantido com recursos do Estado; um sistema que tem como grande objetivo universalizar a oferta de ensino superior nos municípios do Piauí, com a meta de fazer com que seja o primeiro estado brasileiro que tenha a oferta de fato de vestibular em cada um dos municípios”, diz o gestor.

A superintendente de Ensino Superior da Seduc, Maria de Lourdes Lopes, explica a diferença das metodologias da UAB e da Uapi. “Enquanto que na UAB temos dois tutores para chegar até o aluno, o professor conteudista e o tutor, que leva o conhecimento da disciplina aos polos presenciais de 15 em 15 dias, aplica a prova e faz o acompanhamento durante todo o processo, tanto por meio da plataforma quanto nos encontros presenciais e tem esse papel principal no contato instituição-aluno. Já, a Uapi tem o mesmo formato em termo de estrutura, plataforma e conteúdo, porém o que difere é o uso tecnológico, que já é utilizado na educação básica, na educação profissional e na EJA desde 2012. Vendo o sucesso dessa metodologia, pensou-se em fazer o uso da mediação tecnológica na educação universitária e, nesse caso, quem ministra as aulas é o próprio professor conteudista, não tem o tutor fazendo a interlocução, o professor tem acesso direto ao aluno”, frisa a superintendente.

A implantação se deu em forma de parcerias, em especial com a Uespi, e com um conjunto de ações que leva aos municípios do estado um ensino superior de qualidade. A instituição está integrada ao Sistema da UAB e possui autorização da **Capes/MEC** para funcionamento dos cursos e polos.

O projeto prevê três etapas, como detalha o prof. me. Vinícius Oliveira, coordenador pedagógico da Uapi. “Na etapa um, selecionamos 60 municípios e fizemos um vestibular, esses já fizeram o primeiro período do curso e estão finalizando o segundo período. Na segunda etapa, foram novos 60 municípios, esses estão terminando o primeiro semestre. É importante frisar que a terceira etapa não vai mais envolver o curso de Administração, pois fizemos um levantamento em parceria com o Conselho de Administração sobre a demanda de profissionais no mercado. Assim, estamos vendo a viabilidade de ofertarmos o curso de Turismo, além de outras áreas que nosso estado também necessita”, detalha o docente.

O professor acrescentou ainda que o planejamento da Uapi é um esforço do governador Wellington Dias para universalizar a educação superior no estado. “A Uapi está indo para o segundo ano de execução, mas o planejamento para que isso acontecesse veio antes disso. Idealizamos com o governador, com o professor Arnaldo e a Seduc e foi a partir de muita conversa e planejamento que chegamos a um desenho final do que seria a Uapi. A parceria com o canal educação viabilizou tudo isso, o fato de podermos ter kits instalados em todas as escolas, em todos os municípios do Piauí fez com que pudéssemos tornar realidade essa proposta, que já está na segunda etapa”, destaca Vinícius.

Referência

A Universidade Aberta do Piauí é modelo e referência para outros estados por ser pioneira, dando suporte na criação da Universidade Aberta do Nordeste. O Piauí, hoje, praticamente universalizou o ensino superior, faltando apenas 62 municípios para alcançar todo o estado.

“O diferencial da nossa estratégia, e isso chama muito a atenção dos nossos parceiros, é a oportunidade de chegar aos 224 municípios criando uma possibilidade interacional. O nosso aluno, onde ele estiver, pode interagir tanto com o professor como com as outras turmas. Então, isso coloca a gente em uma lógica muito moderna, muito atual e que termina quebrando essas barreiras e essa frieza que toda a questão digital e que as novas tecnologias, por vezes, podem conferir. Portanto, não acreditamos que existem tantas diferenças de uma sala de aula presencial e virtual, esse foi o grande diferencial da nossa metodologia”, reitera Vinícius Oliveira.

A Uapi, no momento, oferta o curso de Administração a nível superior. Marco Aurélio é aluno no polo de Teresina, que funciona no Caic Professor Melo Magalhães, no bairro Promorar. Ele acaba de concluir o 2º período do curso e conta como ficou sabendo da modalidade de ensino. “Fazia Ciências da Computação no método presencial tradicional e tranquei quando vi que surgiu a possibilidade de fazer a distância o curso de Administração. O curso a distância me dá a disponibilidade de horário, não estando preso a um horário específico de aula, me possibilitando estagiar e realocar meu tempo de estudo conforme preciso. As aulas telepresenciais são aos sábados, de 15 em 15 dias,

e tiramos dúvidas ao vivo com o professor. Não tenho nenhum prejuízo, a distância não atrapalha, a interação é direta com os professores pelo chat e pela plataforma, apesar de no início ter achado um pouco difícil, mas me adaptei rápido à metodologia de ensino”, conta o estudante.

De acordo com a superintendente Maria de Lourdes Lopes, há uma preocupação com a formação técnica e profissional também. “Apesar de estarmos ofertando somente o curso de Administração por enquanto, se eu me referir à mediação tecnológica temos outro braço que é o atendimento a cursos técnicos. O aluno pode ingressar na universidade ou por um caminho mais rápido para o mercado de trabalho como o curso profissional. Ofertamos, por três anos seguidos, um curso concomitante ao de Administração na área de vendas e cooperativismo, também com a metodologia da mediação tecnológica”, explica Maria.

Estrutura

Quanto à estrutura dos polos, Orisvaldo Rodrigues, gerente da Supes, fala sobre a inovação tecnológica que a UAB e Uapi tem levado aos municípios. “Os polos recebem uma estrutura de laboratório de informática com computadores conectados à internet para que os alunos possam acessar à plataforma, realizar as atividades e enviar os trabalhos. Tem também uma biblioteca e a sala de aula com o kit da mediação tecnológica. Quando o polo funciona em uma escola já existente, esta recebe essa melhoria, que está disponível também para o uso dos alunos em geral, aproveitando melhor os recursos”, comenta Rodrigues.

Segundo o professor Vinícius, o comprometimento do professor é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem funcione. “Hoje, temos um grupo de tutores que acompanha essa realização em cada sala de aula de cada município e os professores formadores, que são responsáveis por cada disciplina ministrada. Nesse processo, temos as mesmas preocupações de uma sala de aula normal, como fazer com que o aluno preste atenção, que ele seja bem avaliado e, principalmente, fazer com que ele tenha motivação para continuar no processo de aprendizagem”, destaca o professor.

Aliando teoria à prática

Quando a Uapi foi idealizada, um aspecto fundamental dos cursos é o preparo para a prática da profissão, bem como o empreendedorismo. “Outro diferencial é a disciplina de Seminários Temáticos, a mais dinâmica de todo o processo, que fecha cada semestre pegando o conceitual teórico e levando para a prática. A cada semestre temos nos municípios exposições de um modelo de negócio criado pelos alunos, que gravam e fotografam e enviam aos professores para que possam ser avaliados. Eles elaboram um negócio, um produto, fazem o marketing e divulgação. Nessa disciplina já foram criados aplicativos, ou seja, é isso que mostramos lá fora e é isso que está chamando a atenção de outros estados e outros países”, diz o professor Vinícius Oliveira.

A professora formadora Samaira Souza ministra a disciplina de Seminário Temático I e conta que a experiência é uma oportunidade de levar o conhecimento aos alunos nos municípios mais distantes e de que eles tenham a experiência empreendedora. “A ideia do curso como um todo é trabalhar a ideia empreendedora aliando a teoria à prática para a execução de um empreendimento. A posposta da disciplina é que eles tragam ideias

empreendedoras, que saiam com essa bagagem prática de criar um empreendimento, de analisar como funciona esse processo e que saiam com experiências”, explica a docente.

O curso é de Administração de Empresas. É um curso de Administração, agregando o associativismo e empreendedorismo. As disciplinas são voltadas para estimular uma análise de mercado, visualização do cenário macroeconômico em uma perspectiva bem ampliada, isso é o esperado dos alunos e é o perfil que é dado ao curso.

Perfil do aluno

O professor Vinícius frisa que o aluno que assume o compromisso de fazer um curso superior a distância tem uma visão empreendedora ou procura um aperfeiçoamento de sua profissão. “Temos alunos que estão fazendo sua primeira graduação, no qual a Uapi é um pontapé para tentar um concurso ou abrir o seu próprio negócio, já que o curso é muito voltado para o empreendedorismo, um diferencial do nosso processo de formação; mas temos também muitos alunos que estão fazendo uma segunda graduação, como funcionários públicos municipais, pequenos empresários, para essas pessoas, a Uapi vai funcionar como aperfeiçoamento”, acrescenta Oliveira.

Ele conta ainda que o ensino por meio da mediação tecnológica está impactando positivamente e mudando a vida dos piauienses. “Nas viagens de monitoramento que fazemos aos municípios do interior do estado, vemos o impacto que a Uapi está fazendo na vida das pessoas, que enfrentam adversidades, mas não deixam de comparecer nos dias das aulas, filhos que estudam com pais e vice-versa, um incentivando o outro, são histórias diversas que mostram que estamos no caminho certo”, destaca Vinícius.

Empregabilidade

Segundo Vinícius Oliveira, uma das finalidades da Uapi é o incentivo à empregabilidade e geração de renda na região. “Uma das questões que pensamos quando estávamos planejando a Uapi foi exatamente um método que evitasse tirar o aluno da cidade dele, permitindo que as pessoas tenham a possibilidade de fazer um ensino de qualidade na sua própria cidade e as boas cabeças permaneçam e ajudem a desenvolver o município”, destaca o professor.

“Despertamos o potencial criativo dos alunos. A ideia de negócio que nasce de um projeto pedagógico pode se transformar na renda da família e sair da sala de aula para a vida. É fantástico ter a interação deles, o feedback tem sido muito positivo”, afirma a professora Samaira Souza.

O aluno Marco Aurélio já faz planos para o futuro após terminar o curso de Administração. “Na disciplina de Seminário Temático, no qual apresentamos ideias empreendedoras, o meu grupo desenvolveu um negócio voltado para a tecnologia por meio de startups que pretendemos levar adiante depois do curso e pretendo também fazer uma especialização, possivelmente em Recursos Humanos ou Marketing”, conta o estudante.

Acácio Lacerda, que mora em Araripina, no Pernambuco, acabou de concluir o curso de Licenciatura em Matemática pela UAB e assistia às aulas presenciais no polo de Simões, na região sudeste do Piauí. Na cerimônia de colação de grau, ele contou que

procurou o curso pelo aperfeiçoamento profissional e que vai lhe possibilitar avançar na sua carreira.

“Já sou formado em Ciências Biológicas e o curso de Matemática, como era EaD, viabilizou que me aperfeiçoasse na área porque leciono há nove anos. Procurei uma universidade que tivesse respaldo no âmbito estadual, regional e nacional e a Uespi nos proporcionou isso. Os encontros eram de 15 em 15 dias e as atividades eram baixadas na plataforma online, algumas disciplinas tinham videoaulas, não foi fácil, mas tive o apoio da minha família e daqui para frente pretendo fazer mestrado, doutorado e concurso público”, comenta o estudante.

Visibilidade

O trabalho da Universidade Aberta do Piauí foi revelado agora para o mundo. Com o apoio do Governo do Estado, o professor Vinícius Oliveira apresentou trabalho científico na Conferência Internacional em Formação e Inclusão, em 2018, em Lisboa, Portugal, e agora a pesquisa foi publicada pela editora da Universidade Aberta de Lisboa.

O estudo é um relato de caso que apresenta a união de esforços de órgãos da Administração Pública do Estado do Piauí para expandir o ensino superior, com a utilização da mediação tecnológica, para descentralizar e ampliar vagas, assim com a possibilidade de alcançar os 224 municípios. Como resultado, vê-se que estudantes originários de distintos municípios estão superando adversidades de toda a ordem para aproveitarem esta oportunidade de estudar com qualidade, não necessitando deslocarem-se para os grandes centros.

“A oportunidade que tivemos de nos reunirmos com representantes de outras universidades de outros países, que trabalham na perspectiva de educação a distância foi uma troca de experiências em uma semana muito rica em que nós tivemos acesso a casos de outros países que envolvem outros tipos de metodologias, mas também ficou muito claro para nós como o processo que estamos fazendo aqui é diferenciado, no qual países de dimensões muito grandes como o Brasil têm dificuldades maiores a serem superadas quando se fala do acesso à educação e a educação a distância se coloca como primordial nesse sentido”, diz ele.

Mediação tecnológica também da educação básica

A mediação tecnológica, antes de ser destinada ao ensino superior já era utilizada na educação básica e Educação para Jovens e Adultos (EJA). No Ensino Médio, observando a carência de profissionais com qualificação para atender todos os municípios, essa possibilidade é utilizada a fim de oferecer ao aluno um ensino com qualidade. “Muitos municípios que não possuem professores qualificados para aquela determinada área, a escola tem a opção de realizar essa aula transmitida via Canal Educação”, explica a superintendente Maria de Lourdes Lopes.

Na sétima etapa da EJA, todas as disciplinas são pela mediação tecnológica exatamente para atender aqueles municípios que possuem demanda, mas não podiam fazer o curso porque não tinham professores qualificados e com a ida da mediação a esses municípios, aquele curso pôde se tornar realidade. “Muitas vezes o aluno não estuda por

não ter condições de ir para outro município, a mediação tecnológica possibilitou isso. Temos municípios que antes não tinham ensino médio nem EJA e hoje eles têm por meio da mediação tecnológica”, diz ela.

A previsão é que o Piauí chegue, no segundo semestre deste ano, aos 62 municípios que faltam com a oferta de vestibular e início das aulas no primeiro semestre de 2020. Assim, o Piauí vai ser o único estado a ter o ciclo completo da educação, desde a educação básica ao ensino superior, no Brasil.

Universidade Aberta do Nordeste

A Uapi é modelo para a criação da Universidade Aberta do Nordeste - Consórcio Nordeste. O Piauí recebeu representantes de todos os estados da região nordeste para conhecer o projeto e a metodologia utilizada na Universidade Aberta do Piauí, e o progresso que ela está gerando em todo o estado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Defensoria recomenda a retomada do edital da Unilab com vagas para pessoas transgêneros e intersexuais

Universidade deve apresentar uma proposta ao edital até o próximo dia 23, conforme a Defensoria Pública.

Após o cancelamento do vestibular para pessoas transgêneros e intersexuais, anunciado pela Universidade Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), a Defensoria Pública da União (DPU) emitiu uma recomendação jurídica para o restabelecimento do edital. A orientação ocorreu na última quinta-feira (8), e a Unilab já analisa a situação por meio de um Grupo de Trabalho (GT).

Em nota, a Unilab informou que "manteve desde o início o interesse em encontrar uma maneira de levar a adiante o edital, ou chegar a uma proposta nova, juridicamente viável". Para isso, foi criado no dia 1º de agosto uma comissão com representantes dos institutos e unidades administrativas da Universidade para propor uma nova minuta de edital.

Uma professora da Unilab, que preferiu não se identificar, informou que existe um impasse quanto à reformulação do edital. "Existe a tentativa de um GT só que não é de acordo com o que as pessoas desejavam. A ideia é criar um edital global, mas não atende ao movimento quilombola e o que os povos indígenas desejam", pontua.

A docente explica que o edital global atende uma diversidade maior de perfis e que alguns grupos entendem isso como uma barreira para alcançar o acesso às vagas. Ela aponta que o número de vagas que seria destinado às pessoas transgêneros e intersexuais estava em 18,5 %, sendo o menor índice.

A proposta original destinava as vagas ociosas, decorrentes de desistências ou que não foram ocupadas, com reservas para o público em questão. Contudo, o Ministério da Educação (MEC) recomendou suspensão do edital, processo anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro, em 16 de julho, um dia após a sua criação.

Nas recomendações da Defensoria Pública, os representantes afirmam que é ilegal qualquer intervenção do MEC em políticas decorrentes do exercício da autonomia

universitária, prevista pela Constituição Federal. O órgão também realizou mediação com os estudantes que passaram a ocupar a Unilab reivindicando que o edital fosse retomado, movimento que foi finalizado na última sexta-feira (9).

A recomendação da DPU estabelece 15 dias corridos para que a Unilab apresente quais medidas serão levadas em consideração pela Universidade. Após esse prazo, que encerra dia 23 de agosto, caso a instituição não se manifeste, será considerada a recusa da recomendação, o que pode motivar a abertura de medida judicial.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Conheça o site do INCT de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia

O site oficial do INCT-CPCT já está no ar e reúne informações sobre os projetos, instituições e pesquisadores que compõem a rede de pesquisa do Instituto, bem como disponibiliza o acesso à produção bibliográfica e multimidiática resultante de seus estudos

O INCT de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) lança um novo ambiente virtual para divulgação de suas ações, atividades e publicações. O site oficial do INCT-CPCT já está no ar e reúne informações sobre os projetos, instituições e pesquisadores que compõem a rede de pesquisa do Instituto, bem como disponibiliza o acesso à produção bibliográfica e multimidiática resultante de seus estudos. Para visitar o site, basta acessar o endereço www.inct-cpct.ufpa.br.

Concebido pela equipe de pesquisadores do INCT-CPCT, o site está dividido em sete abas, sendo elas: (i) a Home, (ii) Conheça o INCT, (iii) Projetos, (iv) Produções, (v) Notícias, (vi) Eventos e (vii) Contatos, em um fluxo de informação que tem o objetivo de apresentar, ao público, a natureza e funcionamento do Instituto. Por exemplo, na segunda aba, o usuário pode conhecer os objetivos, metas e linhas de pesquisa do INCT-CPCT, bem como os seus integrantes e respectivas instituições. Ainda nesta aba, o público tem acesso ao manual de marca do instituto e a seu logotipo em diferentes formatos.

Os projetos de pesquisa, ensino e extensão do INCT-CPCT, em andamento ou concluídos, estão descritos por linha de pesquisa na aba de Projetos, permitindo acompanhar a diversidade e campos de atuação dos pesquisadores. A produção bibliográfica de artigos em periódicos, livros, capítulos de livro e artigos em anais de evento estão na aba de Produções, que também disponibiliza os materiais multimidiáticos produzidos em atividades de divulgação científica do Instituto, como redes sociais, fotografias, áudios e vídeos.

O site será atualizado periodicamente com as notícias e informações sobre os eventos produzidos pelo INCT-CPCT, bem como disponibilizará todas as produções resultantes da pesquisa desenvolvida em rede. Dessa forma, o site se configura como mais um dos espaços de divulgação científica e interação do Instituto com a sociedade, juntamente com sua página no Facebook e e-mails para contato (inct.cpct@gmail.com | inctcomunicacaopublicadaact@gmail.com).

Sobre o INCT-CPCT

O INCT-CPCT é uma rede de grupos de pesquisa nacionais e internacionais, com o

objetivo de realizar estudos de alto impacto e gerar novos conhecimentos na área de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia. O Instituto foi aprovado em 2016, na Chamada INCT nº 16/2014, pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP), iniciando suas atividades em 2017.

Contando com a atuação de mais de 100 pesquisadores, oriundos de 25 universidades e instituições científicas brasileiras e internacionais, o INCT-CPCT investiga, desenvolve, aplica e testa um conjunto de metodologias, instrumentos e ações, relacionadas com a divulgação científica, que contribuam para a melhoria das atividades de popularização de Ciência e Tecnologia (C&T) e de educação científica, fornecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas no setor e promovendo a formação e qualificação de pessoas capacitadas para atuar em pesquisa e atividades da área. A coordenação é da Profa. Dra. Luisa Medeiros Massarani (Fiocruz) e a vice-coordenação do Prof. Dr. Ildeu Castro Moreira (UFRJ).

Divulgação

topo ↕

TERRA VIVA - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade das plantas

Biofertilizante - O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de

soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

UFSC - TEMPO REAL

Pós em Gestão do Cuidado em Enfermagem realiza aula inaugural

O Programa de Pós-Graduação em Gestão do Cuidado em Enfermagem – Modalidade Profissional promove a aula inaugural do segundo semestre, “Programa profissional: perspectivas para prática avançada em enfermagem”, no dia 19 de agosto, das 14h às 17h, no Auditório da Fapeu. Serão duas palestras na aula inaugural: “Doutora profissional em enfermagem no contexto internacional”, com a professora Lúcia Izumi Nichieta (EEUSP/**Capes**) e “Ciência e tecnologia avançada em enfermagem”, com a professora do departamento de Enfermagem e vice-reitora da UFSC, Alacoque Lorenzini Erdmann.

O Programa de Pós-Graduação em Gestão do Cuidado em Enfermagem é o primeiro em nível de doutorado profissional da UFSC e um dos primeiros do Brasil.

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Alunos de todo o mundo são atraídos pelas universidades neozelandesas

A diversidade cultural é uma estratégia econômica e educacional do governo

AUCKLAND — Do outro lado do globo e com 4,9 milhões de habitantes, a Nova Zelândia é um país insular que, por movimentos migratórios históricos e de incentivo do governo, tem a diversidade cultural em seu DNA. A característica é vista nas ruas e nas salas de aula. Manter isso, atraindo alunos de todo o mundo, especialmente para a pesquisa, é uma estratégia econômica e educacional do governo que dá certo: quase metade dos alunos de PhD do país é composta por estrangeiros. Em 2017, foram 125 mil estudantes de fora; 4.807 de PhD.

O cientista carioca Matheus Vargas, 34 anos, é um exemplo disso. Ele se mudou há cinco para a Nova Zelândia, onde terminou, na Universidade de Auckland, a graduação e acaba de concluir o doutorado. Com apoio da universidade e da iniciativa privada, criou uma ferramenta de diagnóstico que identifica, a partir de uma gota de leite, quais as propriedades dele e se a vaca está em seu período fértil — uma alternativa aos métodos tradicionais. O “milk on a disk” (leite em um disco) está sendo finalizado para ser comercializado a menos de US\$ 500.

— Meu projeto automatizou o processo e diminuiu o custo — diz ele, que atua ainda em um projeto de bitcoin e um app de traduções.

Até o ano passado, 102 brasileiros buscaram a Nova Zelândia para o doutorado em uma das oito universidades no país, todas entre as melhores do mundo. No país, 48% dos pesquisadores de doutorado são estrangeiros, o terceiro maior índice entre as nações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O percentual tem uma explicação. Em 2005, o governo adotou uma política que permite aos doutorandos internacionais pagar os mesmos valores que os neozelandeses: uma

média de 7 mil dólares neozelandeses por ano (cerca de R\$ 17.800). O visto permite que o doutorando trabalhe em tempo integral, assim como seu cônjuge. E os filhos têm direito a escola pública. Ao fim, ele pode ficar mais três anos no país, trabalhando legalmente, podendo entrar com pedido de residência permanente.

Procura por diversidade de países

Com as medidas, o número de doutorandos foi de 700 em 2005 para 4.500 em 2017. Agora, o governo busca atrair alunos de outros países, como o Brasil. Hoje, 50% dos estudantes internacionais são da Índia e da China.

— É importante não sermos dependentes desses dois mercados. Então, o Brasil nos dá diversidade — diz Lisa Futschek, diretora-geral da Education New Zealand, do Ministério da Educação. — Além disso, é uma enorme contribuição para nossa comunidade, ensino e também para a economia.

A aproximação com o Brasil vem se dando de diversas formas, como parcerias com universidades como FGV, USP e UNICAMP para, por exemplo, facilitar a adesão ao Programa Institucional de Internacionalização da **Capes**.

A “educação internacional” é a quarta maior indústria de exportação e o segundo maior setor de exportação de serviços – o primeiro é o turismo. Além da economia, os programas de educação internacional tem o foco no “futuro”.

— Hoje os empregadores procuram pessoas que consigam trabalhar com outras de diferentes culturas, e é o que os pesquisadores e alunos estão conseguindo aqui. O cidadão do século XXI está confortável consigo mesmo e com esse tipo de ambiente, multicultural e diverso — diz Caroline Daley, pró-reitora de pós-graduação da University of Auckland.

Reforma visa construção do aprendizado

A Nova Zelândia passa por uma reforma educacional que também valoriza a diversidade. Em fevereiro de 2018, o governo anunciou a mudança, com um calendário para três anos, priorizando o desenvolvimento de habilidades para o futuro, como resiliência e trabalho em equipe, e não apenas no ensino dividido em disciplinas tradicionais.

O ministro da Educação, Chris Hipkins, quer eliminar as avaliações no ensino primário, por achar que as crianças são muito novas para passar por provas. E toda a Base Nacional Curricular Comum do país será revista. “Um enfoque na padronização e na avaliação nos últimos anos tem agido contra a capacidade de uma educação à prova de futuro”, acredita Hipkins.

Na escola pública Primária Amsburry, em Wellington, a capital, é possível ver os efeitos da reforma. As salas de aula não têm carteiras, tablados ou provas. As crianças recebem, no início da semana, a agenda de seus professores e marcam com eles suas atividades. Se não conseguirem realizá-las, aprendem também.

— Mesmo que eles pareçam livres, têm um cronograma a seguir — diz Ursula Cunningham, vice-diretora da escola. — O desenvolvimento dos alunos é acompanhado pelos tablets em que fazem as tarefas.

O ensino é flexível para garantir que o aprendizado seja “personalizado” e “empoderador”, defende a escola. E a família brasileira de Marina, 9, e Melina, 6, que estudam ali há sete meses, reconhece esse olhar. No início a mais velha teve dificuldades para se adaptar, tendo a língua como um dos desafios. Como estratégia, a escola estimulou seu lado criativo.

— A escola percebeu a dificuldade e o que ela gostava, como o desenho, e passou a trabalhar o aprendizado geral e do inglês — lembra a mãe, Maria Thereza Veludo. — Eles percebem as aptidões da criança e a direcionam.

Por outro lado, os pais temem alguns aspectos deste modelo, como a ausência de provas. Mas percebem como as crianças se desenvolveram rápido com essa metodologia.

— Estamos acostumados com aquele padrão de caderno e avaliações... Então, às vezes, dá a impressão de que não tem conteúdo. Mas é um aprendizado para os pais também — diz o pai, Mauro Veludo.

A repórter viajou a convite da Education New Zealand

topo ↕

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

Substância enriquece alimentos e diminui necessidade de agrotóxicos

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Se você gosta do conteúdo da Agência Sertão, colabore para o aprimoramento do nosso Jornalismo a partir de R\$ 10 por mês e seja um assinante - Saiba como!

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de

soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

Fonte: Gilberto Costa – repórter da Agência Brasil

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Volta às aulas na UnB tem clima de incerteza e apreensão

Com início do semestre letivo nesta segunda-feira (12/8), estudantes precisam lidar com dificuldades geradas pelo contingenciamento orçamentário imposto à universidade

A incerteza com relação ao futuro marca a vida acadêmica dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que começam o curso ou retornam às aulas a partir desta segunda-feira (12/8). Desde que a instituição de ensino superior sofreu bloqueio de 30% na verba federal, projetos e contratos correm risco de rompimento nos próximos meses. São R\$ 48,5 milhões retidos desde abril. Para arcar com as despesas, a universidade depende da arrecadação própria, mas a quantia fica restrita a um teto orçamentário.

Com o esgotamento dos recursos, a administração da universidade busca sensibilizar o Ministério da Educação (MEC) o Congresso para que recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam liberados. “É de extrema importância para garantir o pleno funcionamento da UnB”, informou, por meio de nota oficial, a instituição. “Não há, entretanto, prejuízo ao calendário acadêmico, tampouco a áreas acadêmicas específicas”, afirma o texto.

Recém-aprovado no curso de línguas estrangeiras aplicadas, Ítalo Henrique Ivo, 18 anos, está apreensivo em relação ao destino da Universidade. Ele ingressou na UnB por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e acredita que cursos considerados “menos valorizados” serão os mais impactados. “É algo que nos deixa preocupados. Principalmente quem está entrando agora. Como nunca estudei lá, não sei quais diferenças serão mais marcantes, mas, com um corte de 30%, provavelmente o semestre será pior”, comenta.

O jovem avalia que os calouros não receberam informações da universidade sobre a situação financeira. Ítalo também revela que não via esse cenário como algo possível. “Sempre tive expectativas muito boas em relação à universidade pública. Entrar nela é o sonho de muita gente. Pode ser que, mais para frente, as coisas voltem ao normal. Só espero que não mudem muita coisa e que possamos ter uma educação de qualidade”, completa o estudante.

“Balbúrdia”

Assim como Ítalo, 4.339 calouros iniciam a trajetória na UnB em um dos 132 cursos de graduação oferecidos nos quatro campi da instituição — Darcy Ribeiro (Asa Norte), Ceilândia, Gama e Planaltina. Outros 39.610 graduandos retornam às aulas neste segunda-feira. Apesar de o cronograma semestral não ter sofrido alterações devido ao

contingenciamento, os estudantes podem enfrentar efeitos dos cortes já em setembro.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, afirma que, sem a flexibilização do governo, não será possível renovar contratos, como o de limpeza e o de segurança, nem pagar contas de luz e água. “Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los”, alertou Márcia, em entrevista ao programa CB.Poder na última segunda-feira.

Em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a reitora apresentou dados com o objetivo de refutar a justificativa para os bloqueios orçamentários por motivo de “balbúrdia”. “De acordo com o (ranking universitário internacional) Times Higher Education, somos a 15ª melhor universidade da América Latina. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos”, alegou. No entanto, não há sinalização de reversão do quadro.

Limitações

Termos específicos do contingenciamento de 30% interferiram diretamente sobre determinadas áreas da UnB, como nas de capacitação técnica e nos investimentos de recursos para o Hospital Veterinário (Hvet). Diretor da unidade de saúde, Jair Costa explica que o Hvet depende de verba repassada diretamente pelo MEC e que, por isso, também sofreu corte de 30%.

Segundo ele, apesar de o hospital contar com recursos provenientes de arrecadação própria, há um teto para os gastos desses valores. O restante é devolvido ao Governo Federal. “O contingenciamento está colocando em

xeque nosso planejamento para o ano e nos obriga a remanejar e a economizar muita coisa, para que não falte nada no hospital. Ele impacta no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ano que vem, temos uma preocupação muito grande de não só saber se o recurso vai vir contingenciado, como se ele virá”, pondera Jair.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Formatura

Perto de terminar o curso, a graduanda de odontologia Amanda Queiroz, 24, lida com as limitações financeiras até durante o planejamento da colação de grau. Integrante da comissão de formatura, ela e os colegas precisaram agendar e pagar alguns dos custos do evento, como cerimonial, equipe de limpeza e telão, uma vez que a organização foi descentralizada para cada faculdade, o que gerou dificuldades na marcação das datas e na solicitação de serviços.

No entanto, o que mais preocupa a futura odontóloga é a mensagem “deturpada” usada para justificar o contingenciamento. “É muito triste ver o governo cortando verba de um lugar que está educando pessoas para melhorar o Brasil. Essa ‘balbúrdia’ não existe. O que existe são pessoas defendendo ideologias, os estudos e lutando por um ambiente e

por um futuro melhor. O que existe é uma instituição que está buscando educar pessoas para crescerem e serem profissionais capacitados”, argumenta Amanda.

A UnB informou, em nota, que o novo modelo de organização das colações de grau permite que as unidades acadêmicas tenham mais autonomia para escolha do formato das solenidades. Após determinação do Governo Federal para terceirização do cerimonial, a instituição de ensino abriu licitação para contratação de empresa que fique responsável pelo serviço. “A colação é um ato oficial, realizado em sessão solene e pública para a outorga de grau aos formados que concluíram um dos cursos superiores da Universidade de Brasília. É uma cerimônia tradicional e gratuita. Eventos comemorativos associados à formatura (como bailes, viagens ou outros) não são de responsabilidade da universidade”, destaca o texto.

Calendário

12 de agosto

- Primeiro dia de aulas

14 e 15 de agosto

- #InspiraUnB (evento de recepção dos calouros, no Darcy Ribeiro)

10 de dezembro

- Último dia de aulas

14 de dezembro

- Divulgação de notas e percentuais de faltas

Campi em números

132: cursos;

4.339: calouros ingressando na UnB;

39.610: estudantes da graduação;

2.836: docentes em exercício;

3.171: técnicos administrativos;

90: cursos de mestrado;

4.950: alunos de mestrado;

69: cursos de doutorado;

4.033: estudantes de doutorado;

[topo](#) ↕

DIÁRIO - MS - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano

composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

Pesquisadores da UnB desenvolvem biofertilizante - Marcello Casal Jr / Agência Brasil
O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou. Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - NOTÍCIAS

Piauí expande educação a distância e já é referência nessa modalidade de ensino A EAD chega a 155 municípios piauienses com cursos da educação básica, de graduação e pós-graduação.

A educação a distância no Piauí vem mudando a realidade de quem tinha apenas um sonho de ter em mãos o diploma de um curso superior. A tecnologia está contribuindo para uma educação de qualidade, bem como para a universalização da educação superior no estado. Atualmente, são mais de 10 mil alunos beneficiados com os programas Universidade Aberta do Piauí (Uapi) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Essa é a modalidade de ensino que mais cresce no Piauí. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é o órgão mantenedor do ensino a distância no estado, no qual iniciou as atividades em 2007 em parceria com as instituições de ensino superior (IES) públicas, ofertando cursos de graduação para 10 polos. Com a Superintendência de Ensino Superior (Supes), a Seduc passou a planejar e construir polos presenciais de EaD em mais municípios do Piauí.

O Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) está em 155 municípios piauienses, sendo 120 destes no programa Uapi, ofertando o curso de Administração, e 35 no programa UAB, que oferta sete cursos de graduação e 13 de pós-graduação.

O Sistema UAB é um programa instituído pelo governo federal com a ideia de reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior, é de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e conta com 50 polos nos municípios piauienses. Desses, 37 são de responsabilidade da Seduc/Supes, como mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação; e 13 polos de responsabilidade de prefeituras/Instituto Federal do Piauí (IFPI)/Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 2019, estão sendo ofertados os cursos de História, Espanhol, Matemática, Administração Pública, Inglês, Português e Pedagogia.

No Piauí, a dificuldade na disponibilidade de professor nos municípios do interior do estado impulsionou a iniciativa de proporcionar educação superior à população de locais distantes e isolados, assim a Uapi surgiu com a mesma proposta da UAB. Criada pelo decreto nº 16.933 de 16 de dezembro de 2016, é um programa de ensino voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica.

Piauí é referência na educação a distância

Expansão

O secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, destaca que o Piauí é um dos estados que mais tem avançado na oferta da educação, seja ela na educação básica como também na educação de ensino superior. “O acesso escolar tem sido uma das frentes de trabalho prioritárias do governo Wellington Dias, que iniciou em 2003 um trabalho de expansão da oferta da educação no nosso estado e ações importantes foram implementadas. O sistema da UAB, sozinho, não seria capaz de levar a universalização da oferta para todos os municípios, por isso foi institucionalizada a Uapi, em 2017, um programa genuinamente piauiense, mantido com recursos do Estado; um sistema que tem como grande objetivo universalizar a oferta de ensino superior nos municípios do Piauí, com a meta de fazer com que seja o primeiro estado brasileiro que tenha a oferta de fato de vestibular em cada um dos municípios”, diz o gestor.

A superintendente de Ensino Superior da Seduc, Maria de Lourdes Lopes, explica a diferença das metodologias da UAB e da Uapi. “Enquanto que na UAB temos dois tutores para chegar até o aluno, o professor conteudista e o tutor, que leva o conhecimento da disciplina aos polos presenciais de 15 em 15 dias, aplica a prova e faz o acompanhamento durante todo o processo, tanto por meio da plataforma quanto nos encontros presenciais e tem esse papel principal no contato instituição-aluno. Já, a Uapi tem o mesmo formato em termo de estrutura, plataforma e conteúdo, porém o que difere é o uso tecnológico, que já é utilizado na educação básica, na educação profissional e na EJA desde 2012. Vendo o sucesso dessa metodologia, pensou-se em fazer o uso da mediação tecnológica na educação universitária e, nesse caso, quem ministra as aulas é o próprio professor conteudista, não tem o tutor fazendo a interlocução, o professor tem acesso direto ao aluno”, frisa a superintendente.

Maria de Lourdes Lopes, superintendente de Ensino Superior da Seduc

A implantação se deu em forma de parcerias, em especial com a Uespi, e com um conjunto de ações que leva aos municípios do estado um ensino superior de qualidade. A instituição está integrada ao Sistema da UAB e possui autorização da **Capes/MEC** para funcionamento dos cursos e polos.

O projeto prevê três etapas, como detalha o prof. me. Vinícius Oliveira, coordenador pedagógico da Uapi. “Na etapa um, selecionamos 60 municípios e fizemos um vestibular, esses já fizeram o primeiro período do curso e estão finalizando o segundo período. Na segunda etapa, foram novos 60 municípios, esses estão terminando o primeiro semestre. É importante frisar que a terceira etapa não vai mais envolver o curso de Administração, pois fizemos um levantamento em parceria com o Conselho de Administração sobre a demanda de profissionais no mercado. Assim, estamos vendo a

viabilidade de ofertarmos o curso de Turismo, além de outras áreas que nosso estado também necessita”, detalha o docente.

Piauí é referência na educação a distância

O professor acrescentou ainda que o planejamento da Uapi é um esforço do governador Wellington Dias para universalizar a educação superior no estado. “A Uapi está indo para o segundo ano de execução, mas o planejamento para que isso acontecesse veio antes disso. Idealizamos com o governador, com o professor Arnaldo e a Seduc e foi a partir de muita conversa e planejamento que chegamos a um desenho final do que seria a Uapi. A parceria com o canal educação viabilizou tudo isso, o fato de podermos ter kits instalados em todas as escolas, em todos os municípios do Piauí fez com que pudéssemos tornar realidade essa proposta, que já está na segunda etapa”, destaca Vinícius.

Referência

A Universidade Aberta do Piauí é modelo e referência para outros estados por ser pioneira, dando suporte na criação da Universidade Aberta do Nordeste. O Piauí, hoje, praticamente universalizou o ensino superior, faltando apenas 62 municípios para alcançar todo o estado.

“O diferencial da nossa estratégia, e isso chama muito a atenção dos nossos parceiros, é a oportunidade de chegar aos 224 municípios criando uma possibilidade interacional. O nosso aluno, onde ele estiver, pode interagir tanto com o professor como com as outras turmas. Então, isso coloca a gente em uma lógica muito moderna, muito atual e que termina quebrando essas barreiras e essa frieza que toda a questão digital e que as novas tecnologias, por vezes, podem conferir. Portanto, não acreditamos que existem tantas diferenças de uma sala de aula presencial e virtual, esse foi o grande diferencial da nossa metodologia”, reitera Vinícius Oliveira.

A Uapi, no momento, oferta o curso de Administração a nível superior. Marco Aurélio é aluno no polo de Teresina, que funciona no Caic Professor Melo Magalhães, no bairro Promorar. Ele acaba de concluir o 2º período do curso e conta como ficou sabendo da modalidade de ensino. “Fazia Ciências da Computação no método presencial tradicional e tranquei quando vi que surgiu a possibilidade de fazer a distância o curso de Administração. O curso a distância me dá a disponibilidade de horário, não estando preso a um horário específico de aula, me possibilitando estagiar e realocar meu tempo de estudo conforme preciso. As aulas telepresenciais são aos sábados, de 15 em 15 dias, e tiramos dúvidas ao vivo com o professor. Não tenho nenhum prejuízo, a distância não atrapalha, a interação é direta com os professores pelo chat e pela plataforma, apesar de no início ter achado um pouco difícil, mas me adaptei rápido à metodologia de ensino”, conta o estudante.

De acordo com a superintendente Maria de Lourdes Lopes, há uma preocupação com a formação técnica e profissional também. “Apesar de estarmos ofertando somente o curso de Administração por enquanto, se eu me referir à mediação tecnológica temos outro braço que é o atendimento a cursos técnicos. O aluno pode ingressar na universidade ou por um caminho mais rápido para o mercado de trabalho como o curso profissional. Ofertamos, por três anos seguidos, um curso concomitante ao de Administração na área de vendas e cooperativismo, também com a metodologia da mediação tecnológica”, explica Maria.

Estrutura

Quanto à estrutura dos polos, Orisvaldo Rodrigues, gerente da Supes, fala sobre a inovação tecnológica que a UAB e Uapi tem levado aos municípios. “Os polos recebem uma estrutura de laboratório de informática com computadores conectados à internet para que os alunos possam acessar à plataforma, realizar as atividades e enviar os trabalhos. Tem também uma biblioteca e a sala de aula com o kit da mediação tecnológica. Quando o polo funciona em uma escola já existente, esta recebe essa melhoria, que está disponível também para o uso dos alunos em geral, aproveitando melhor os recursos”, comenta Rodrigues.

Segundo o professor Vinícius, o comprometimento do professor é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem funcione. “Hoje, temos um grupo de tutores que acompanha essa realização em cada sala de aula de cada município e os professores formadores, que são responsáveis por cada disciplina ministrada. Nesse processo, temos as mesmas preocupações de uma sala de aula normal, como fazer com que o aluno preste atenção, que ele seja bem avaliado e, principalmente, fazer com que ele tenha motivação para continuar no processo de aprendizagem”, destaca o professor.

Aliando teoria à prática

Quando a Uapi foi idealizada, um aspecto fundamental dos cursos é o preparo para a prática da profissão, bem como o empreendedorismo. “Outro diferencial é a disciplina de Seminários Temáticos, a mais dinâmica de todo o processo, que fecha cada semestre pegando o conceitual teórico e levando para a prática. A cada semestre temos nos municípios exposições de um modelo de negócio criado pelos alunos, que gravam e fotografam e enviam aos professores para que possam ser avaliados. Eles elaboram um negócio, um produto, fazem o marketing e divulgação. Nessa disciplina já foram criados aplicativos, ou seja, é isso que mostramos lá fora e é isso que está chamando a atenção de outros estados e outros países”, diz o professor Vinícius Oliveira.

A professora formadora Samaira Souza ministra a disciplina de Seminário Temático I e conta que a experiência é uma oportunidade de levar o conhecimento aos alunos nos municípios mais distantes e de que eles tenham a experiência empreendedora. “A ideia do curso como um todo é trabalhar a ideia empreendedora aliando a teoria à prática para a execução de um empreendimento. A posposta da disciplina é que eles tragam ideias empreendedoras, que saiam com essa bagagem prática de criar um empreendimento, de analisar como funciona esse processo e que saiam com experiências”, explica a docente.

O curso é de Administração de Empresas. É um curso de Administração, agregando o associativismo e empreendedorismo. As disciplinas são voltadas para estimular uma análise de mercado, visualização do cenário macroeconômico em uma perspectiva bem ampliada, isso é o esperado dos alunos e é o perfil que é dado ao curso.

Perfil do aluno

O professor Vinícius frisa que o aluno que assume o compromisso de fazer um curso superior a distância tem uma visão empreendedora ou procura um aperfeiçoamento de sua profissão. “Temos alunos que estão fazendo sua primeira graduação, no qual a Uapi é um pontapé para tentar um concurso ou abrir o seu próprio negócio, já que o curso é muito voltado para o empreendedorismo, um diferencial do nosso processo de formação; mas temos também muitos alunos que estão fazendo uma segunda graduação,

como funcionários públicos municipais, pequenos empresários, para essas pessoas, a Uapi vai funcionar como aperfeiçoamento”, acrescenta Oliveira.

Ele conta ainda que o ensino por meio da mediação tecnológica está impactando positivamente e mudando a vida dos piauienses. “Nas viagens de monitoramento que fazemos aos municípios do interior do estado, vemos o impacto que a Uapi está fazendo na vida das pessoas, que enfrentam adversidades, mas não deixam de comparecer nos dias das aulas, filhos que estudam com pais e vice-versa, um incentivando o outro, são histórias diversas que mostram que estamos no caminho certo”, destaca Vinícius.

Empregabilidade

Segundo Vinícius Oliveira, uma das finalidades da Uapi é o incentivo à empregabilidade e geração de renda na região. “Uma das questões que pensamos quando estávamos planejando a Uapi foi exatamente um método que evitasse tirar o aluno da cidade dele, permitindo que as pessoas tenham a possibilidade de fazer um ensino de qualidade na sua própria cidade e as boas cabeças permaneçam e ajudem a desenvolver o município”, destaca o professor.

“Despertamos o potencial criativo dos alunos. A ideia de negócio que nasce de um projeto pedagógico pode se transformar na renda da família e sair da sala de aula para a vida. É fantástico ter a interação deles, o feedback tem sido muito positivo”, afirma a professora Samaira Souza.

O aluno Marco Aurélio já faz planos para o futuro após terminar o curso de Administração. “Na disciplina de Seminário Temático, no qual apresentamos ideias empreendedoras, o meu grupo desenvolveu um negócio voltado para a tecnologia por meio de startups que pretendemos levar adiante depois do curso e pretendo também fazer uma especialização, possivelmente em Recursos Humanos ou Marketing”, conta o estudante.

Acácio Lacerda, que mora em Araripina, no Pernambuco, acabou de concluir o curso de Licenciatura em Matemática pela UAB e assistia às aulas presenciais no polo de Simões, na região sudeste do Piauí. Na cerimônia de colação de grau, ele contou que procurou o curso pelo aperfeiçoamento profissional e que vai lhe possibilitar avançar na sua carreira.

Piauí é referência na educação a distância

“Já sou formado em Ciências Biológicas e o curso de Matemática, como era EaD, viabilizou que me aperfeiçoasse na área porque leciono há nove anos. Procurei uma universidade que tivesse respaldo no âmbito estadual, regional e nacional e a Uespi nos proporcionou isso. Os encontros eram de 15 em 15 dias e as atividades eram baixadas na plataforma online, algumas disciplinas tinham videoaulas, não foi fácil, mas tive o apoio da minha família e daqui para frente pretendo fazer mestrado, doutorado e concurso público”, comenta o estudante.

Visibilidade

O trabalho da Universidade Aberta do Piauí foi revelado agora para o mundo. Com o apoio do Governo do Estado, o professor Vinícius Oliveira apresentou trabalho científico na Conferência Internacional em Formação e Inclusão, em 2018, em Lisboa, Portugal, e agora a pesquisa foi publicada pela editora da Universidade Aberta de

Lisboa.

O estudo é um relato de caso que apresenta a união de esforços de órgãos da Administração Pública do Estado do Piauí para expandir o ensino superior, com a utilização da mediação tecnológica, para descentralizar e ampliar vagas, assim com a possibilidade de alcançar os 224 municípios. Como resultado, vê-se que estudantes originários de distintos municípios estão superando adversidades de toda a ordem para aproveitarem esta oportunidade de estudar com qualidade, não necessitando deslocarem-se para os grandes centros.

“A oportunidade que tivemos de nos reunirmos com representantes de outras universidades de outros países, que trabalham na perspectiva de educação a distância foi uma troca de experiências em uma semana muito rica em que nós tivemos acesso a casos de outros países que envolvem outros tipos de metodologias, mas também ficou muito claro para nós como o processo que estamos fazendo aqui é diferenciado, no qual países de dimensões muito grandes como o Brasil têm dificuldades maiores a serem superadas quando se fala do acesso à educação e a educação a distância se coloca como primordial nesse sentido”, diz ele.

Mediação tecnológica também da educação básica

A mediação tecnológica, antes de ser destinada ao ensino superior já era utilizada na educação básica e Educação para Jovens e Adultos (EJA). No Ensino Médio, observando a carência de profissionais com qualificação para atender todos os municípios, essa possibilidade é utilizada a fim de oferecer ao aluno um ensino com qualidade. “Muitos municípios que não possuem professores qualificados para aquela determinada área, a escola tem a opção de realizar essa aula transmitida via Canal Educação”, explica a superintendente Maria de Lourdes Lopes.

Piauí é referência na educação a distância

Na sétima etapa da EJA, todas as disciplinas são pela mediação tecnológica exatamente para atender aqueles municípios que possuem demanda, mas não podiam fazer o curso porque não tinham professores qualificados e com a ida da mediação a esses municípios, aquele curso pôde se tornar realidade. “Muitas vezes o aluno não estuda por não ter condições de ir para outro município, a mediação tecnológica possibilitou isso. Temos municípios que antes não tinham ensino médio nem EJA e hoje eles têm por meio da mediação tecnológica”, diz ela.

A previsão é que o Piauí chegue, no segundo semestre deste ano, aos 62 municípios que faltam com a oferta de vestibular e início das aulas no primeiro semestre de 2020. Assim, o Piauí vai ser o único estado a ter o ciclo completo da educação, desde a educação básica ao ensino superior, no Brasil.

Universidade Aberta do Nordeste

A Uapi é modelo para a criação da Universidade Aberta do Nordeste - Consórcio Nordeste. O Piauí recebeu representantes de todos os estados da região nordeste para conhecer o projeto e a metodologia utilizada na Universidade Aberta do Piauí, e o progresso que ela está gerando em todo o estado.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

MERCADO DO CACAU - TEMPO REAL

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar

carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Weintraub planeja novidades para o Escola sem Partido ainda em agosto
O ministro da Educação respondeu seguidores que o questionaram sobre o assunto: "estamos buscando uma solução"

O ministro da Educação Abraham Weintraub usou o Twitter na noite do último sábado (10/08/2019) para responder algumas perguntas de seus seguidores sobre a pasta. Questionado sobre o projeto Escola sem Partido, ele afirmou estar buscando uma solução para implementar o programa. “Espero ter novidades ainda em agosto”, escreveu.

Weintraub ainda falou sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Uma seguidora reclamou do nível dos professores da escola da filha, ao que ele respondeu: estão trabalhando para alterar o programa. “Será uma trilha longa e árdua. Não tenho como prometer atalhos. Peço que se envolva diretamente na escola de seus filhos através da associação de pais”, aconselhou.

Outro seguidor questionou o ministro se ele estaria escondendo alguma coisa. “Não tenho medo, porém, sem fazer nada errado, já estou com 58 processos...preciso sempre agir de sangue frio”, comentou.

topo ↕

O OBSERVADOR - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

Porto Velho, RO - O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola - sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de carreamento para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas

precisem ser decompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o carreamento via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da Capes (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

topo ↕

PORTAL R3 - NOTÍCIAS

UnB cria biofertilizante que aumenta produtividade

O Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embrapa, desenvolveu uma nanotecnologia capaz de incrementar a produtividade das plantas, aumentar o valor nutritivo dos alimentos, reduzir o uso de defensivos agrícolas e tornar a lavoura menos vulnerável à seca e a pragas.

A substância Krill A32, um biofertilizante a base de carbono, luminescente, está em fase de depósito de patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O nome Krill é referência a pequenos crustáceos (de 1 a 2 cm) que servem como alimento a diversas espécies marinhas, inclusive baleias, e são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas nos oceanos. A nanotecnologia manipula matérias de tamanho de átomos e moléculas de 1 e 1000 nanômetros, só verificáveis em equipamentos especiais.

Como possibilita o crescimento rápido das plantas, o nano composto poderá ser utilizada na recuperação de áreas degradadas, no manejo florestal para produção de madeiras e celulose, na intensificação da atividade agrícola – sem a necessidade de aumentar áreas plantadas e diminuir as florestas.

O nano composto, que é atóxico, pode ser aplicado nas raízes e nas folhas das plantas. Os testes mais avançados são com folhagem. Foram estudadas a aplicação com alface, algodão, alho, arroz, cacau, milho, soja e tomate. Como a substância é luminescente, é possível rastrear nos alimentos a sua absorção.

Como age na planta

O Krill A32 funciona como um carreador que, além de potencializar a captação de energia, pode transportar substâncias para proteger a planta e enriquecer os alimentos. “O que nós temos é um veículo. Esse veículo sozinho funciona como um estimulante que melhora a produção, melhora o aproveitamento da água, e melhora também a taxa de fotossíntese”, descreve a química Carime Rodrigues, uma das responsáveis pela

pesquisa na UnB.

“Os primeiros estudos foram feitos via foliar. Isso porque o tamanho do estômato [conjunto de células localizadas nas folhas] é mil vezes maior que o tamanho do nosso composto. Ao passar, o Krill leva os íons, nutrientes que estão aderidos a ele. Seria como injetar na veia da planta”, detalha o engenheiro químico Rogério Faria, colega da mesma equipe.

Juscimar da Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa, acrescenta que o Krill “fica alojado na folha”, onde ele capta a luz do sol que a planta normalmente não utiliza”. De acordo com o especialista, o nano composto começa emitir luz na clorofila que transforma dióxido de carbono e água em carboidratos e oxigênio. “É como fosse pequenas luzes de LED dentro da planta, que recebe o sinal luminoso, converte em energia química com a qual vai fazer mais carboidratos, ter mais folhas e mais frutos”, assinala.

O aumento da taxa fotossintética faz com que a planta aproveite melhor a água que recebe, o que a torna menos vulnerável ao “estresse hídrico” causado pela estiagem das chuvas ou dificuldades de irrigação. O processo também aumenta a germinação de sementes.

Biofortificação

Além das próprias propriedades que favorecem o desenvolvimento das plantas, o nano composto pode ser um veículo de transporte para outras substâncias. Pode levar, por exemplo, zinco, selênio e ferro para os frutos e, assim, fazer a biofortificação para enriquecer alimentos.

“Queremos reduzir a erosão alimentar. As pessoas estão se alimentando com muitas calorias e ingerindo poucos nutrientes. Enriquecer algumas plantas é uma de nossas ideias”, comenta Rogério Faria.

Carime Rodrigues relata outra utopia dos pesquisadores. “A nossa ambição principal é aumentar a capacidade produtiva de áreas já desmatadas, para evitar que novas áreas precisem ser descompostas”.

De acordo com ela, há “interesse no desenvolvimento de pesticidas usando esse material como veículo”. Faria confirma o interesse e assinala que o transporte via Krill também “reduz o consumo de fertilizantes”. Por causa da eficiência, é possível “aplicar carga menor de agrotóxicos. A planta consegue captar com maior facilidade”.

O Krill A32 é compatível com outras substâncias utilizadas na agricultura e pode ser manejado com diferentes materiais como pesticidas e fertilizantes na mesma aplicação. O que economiza o trabalho do maquinário e dos camponeses. “Imagina uma lavoura de soja de 10 mil hectares e ter que fazer só um manejo”, aponta Juscimar da Silva.

A pesquisa contou com financiamento do CNPq (MCTIC), da **Capes** (MEC) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e teve apoio de cientistas de outras unidades da UnB. Os pesquisadores criaram uma startup, encubada Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da universidade, para viabilizar o processo de patenteamento e a comercialização futura da substância.

CLIPPING

